

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LETÍCIA QUEIROZ MARTINS

**A APROSOJA, O PROCESSO DE *FASCISTIZAÇÃO* DA ENTIDADE TENDO COMO
PONTO DE PARTIDA A QUESTÃO AMBIENTAL NA CRISE POLÍTICA DO
BRASIL RECENTE (2015-2022)**

UBERLÂNDIA - MG

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**A APROSOJA, O PROCESSO DE *FASCISTIZAÇÃO* DA ENTIDADE TENDO COMO
PONTO DE PARTIDA A QUESTÃO AMBIENTAL NA CRISE POLÍTICA DO
BRASIL RECENTE (2015-2022)**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, como requisito exigido parcial à obtenção do grau de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Moacir de Freitas Júnior

UBERLÂNDIA - MG

2025

LETÍCIA QUEIROZ MARTINS

**A APROSOJA, O PROCESSO DE *FASCISTIZAÇÃO* DA ENTIDADE TENDO COMO
PONTO DE PARTIDA A QUESTÃO AMBIENTAL NA CRISE POLÍTICA DO
BRASIL RECENTE (2015-2022)**

Monografia apresentada como exigência parcial
para a obtenção do título de licenciada em
Ciências Sociais pela Universidade Federal de
Uberlândia

Uberlândia, 17 de setembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Moacir de Freitas Júnior
Orientador - INCIS/UFU

Profa. Dra. Rosemeire Salata
Examinadora - INCIS/UFU

Prof. Dr. Mateus Coelho Martins de Albuquerque
Examinador - PPGCP/UFPR

Agradecimentos

Não sei por onde começar a expressar minha gratidão, mas acho que se eu for ser bem honesta, tenho que começar por aqueles que me ajudaram a despertar um interesse nas ciências humanas e um desejo e inspiração de poder inspirar outras pessoas a poderem despertar o senso crítico e a entender a complexa sociedade em que vivemos. Por isso, agradeço aos meus professores de história, sociologia e filosofia do ensino médio: Tiago Finzi, Lúcio Mário e Cidinha. Sem essa infinita curiosidade que nem mesmo eu sabia que existia em mim, eu não estaria aqui.

E esse interesse em estudar política veio, de fato, dentro do período da crise em que menciono no trabalho, pois a mim é intrigante, para dizer o mínimo, observar o quanto a conjuntura muda e como tivemos a ascensão do bolsonarismo e o quanto isso afetou as mazelas da sociedade. Num período movido pelo sentimento de revolta adolescente, eu e meu amigo Thiago, que foi posteriormente estudante do curso de história, também na UFU, fizemos o nosso trabalho intitulado TCG (Trabalho de Conclusão do Gabarito) analisando as lindas obras de resistência que as músicas carregavam no período da Ditadura Militar e o quanto elas podem nos inspirar para resistirmos às ameaças que sofremos nos dias atuais. Inclusive carrego uma tatuagem da música “O bêbado e a equilibrista” que simboliza toda essa mensagem. Esse ano sofri com as perdas de Cidinha e Thiago, mas isso não anula a importância que tiveram na minha adolescência. Sem cada uma das pessoas que citei, minha paixão pelas ciências humanas não seria a mesma.

A revolta adolescente, além de me inspirar a estudar a realidade onde vivo, me deu gás para entrar no movimento estudantil e partidário. Não faço mais parte da primeira corrente do partido pela qual entrei, mas por lá conheci um companheiro que me ajudou muito na minha trajetória acadêmica e pessoal, por isso, não posso passar por aqui sem agradecer ao Mário Júnior por tudo que se dispôs a fazer por mim quando as coisas não estavam fáceis.

Também vou agradecer ao meu ex-companheiro, Matheus Nobre, que, além de permanecer um ótimo amigo apesar do término do relacionamento, foi sempre quem acompanhou minha jornada acadêmica desde o começo me acolhendo e aconselhando. Por isso, se eu finalizei essa pesquisa, existe uma memória do seu carinho e dedicação por todas as dicas universitárias.

Agradeço, também, ao professor Danilo Enrico Martuscelli, que foi quem ofereceu para me orientar com esse tema a partir de uma Iniciação Científica financiada pela

Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Com isso, tive a oportunidade de iniciar minha pesquisa, sendo prosseguida com a orientação dele até o TCC I, mas devido à sua saída do Brasil para o Pós-Doutorado, ele não esteve mais disponível para orientar a pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Moacir, que além de uma pessoa incrível, acolheu a orientação da minha monografia no meio e me tranquilizou num momento em que eu estava perdida enquanto o que eu poderia continuar fazendo. Sem você eu não estaria finalizando-a nesse momento. Obrigada pelo carinho.

Gostaria de agradecer, também, à minha família: aos meus pais Teresa e Alessandro, meu irmão Luís Augusto e meu tio Leonardo. O carinho de vocês faz toda a diferença, sobretudo nos momentos difíceis. Vocês foram essenciais para me reerguer em momentos de dor em que eu achava que não iria conseguir aguentar meus dias.

Também quero agradecer aos meus amigos que permaneceram na minha vida nesse ano turbulento que está sendo 2025, muitos ciclos se abriram e fecharam. Os de verdade sabem quem são. E obrigada por estarem aqui.

Além de tudo isso que já citei, o interesse pela preservação ambiental é algo inerente a mim, então quando o Danilo apresentou a possibilidade do tema da IC, eu sabia que deveria vincular a pauta ambiental a ela, denunciar a falta de cuidado com o meio ambiente, mas com me atendo a dizer que não são todas as camadas do agro.

E mencionando a pauta ambiental com a política, gostaria de mencionar os meus colegas ecossocialistas do coletivo Ecoar, ex-colegas que também carrego no coração, que foram e são pessoas que me inspiram academicamente e como pessoa todos os dias. Espero poder caminhar num mundo com vocês em que a destruição ambiental não seja um perigo iminente e que a gente viva em um mundo ecossocialista.

Meus agradecimentos a todos vocês.

*Dedico essa monografia para Maria Aparecida
Martins Cordeiro e Thiago Fernandes Resende
Costa (in memoriam)*

Resumo: A Aprosoja é uma entidade de produtores de soja criada na década de 1990 com o objetivo de unir os interesses em comum dos produtores de soja. O objetivo do trabalho é analisar o comportamento da associação durante o período citado (2015-2022), em que se entende que a conjuntura do Brasil passa por um momento de crise. Anteriormente, a Aprosoja, juntamente com outras entidades do agro, atuavam juntamente com os governos Neodesenvolvimentistas do PT e sua política de conciliação, mas, com a crise do *Impeachment*, vários setores do agro, incluindo a Aprosoja, apoiaram a destituição da ex-presidente. Caminhando para o Governo Temer e a eleição de Bolsonaro, o candidato que a maioria do agro apoiou, a Aprosoja viu em sua figura como uma oportunidade de disputar algo: a flexibilização das leis ambientais. Neste sentido, a pesquisa busca analisar o caráter negacionista ambiental da entidade através da pesquisa qualitativa de análise bibliográfica e análise do discurso.

Palavras-chave: Aprosoja; Agronegócio; Negacionismo Climático; Crise política; Meio-ambiente.

Abstract: Aprosoja is an entity of soy producers raised in the 1990 decade with the objective of reuniting the soy producers interests. The objective of this monograph is making an analysis of the behavior of the association during the proposed time (2015-2022), when Brazil passes through a moment of political crisis. Previously, Aprosoja, with other agribusiness entities, joined the conciliation politics of the Workers Party (PT), but with the Impeachment crisis of Dilma Rousseff, many agribusiness associations, including Aprosoja, approved the destitution of the ex-president. Going through the Temer government, her successor and Bolsonaro election, which the majority of the agribusiness sections supported, Aprosoja saw his figure as an opportunity to dispute the flexibilization of the environmental laws. So, the research comes to prove the “environmental denialist” character of the entity.

Key Words: Aprosoja; Agribusiness; Climate Denialism; Political Crisis; Environment.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Cartograma - soja - grão do Brasil por área colhida -----	21
Gráfico 2 - Cartograma - soja - grão do Brasil por número de estabelecimentos -----	23
Gráfico 3 - Cartograma - soja - grão do Brasil por quantidade produzida -----	24
Gráfico 4 - Cartograma - soja - grão do Brasil por valor da produção -----	25
Gráfico 5 - Liberação de Agrotóxicos por ano -----	47
Gráfico 6 - Relação mundial do uso de Agrotóxicos -----	47
Gráfico 7 - Relação dos grãos em que mais se usam agrotóxicos -----	48
Gráfico 8 - Locais do mundo onde mais se emite gases de efeito estufa -----	51

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Fundação da Aprosoja com suas diferentes regionais e marcos importantes ----	
21	
Tabela 2 - Relação das faces do Agro segundo POMPEIA (2023) -----	
34	

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	-----
	10
2. HISTÓRIA DA PRODUÇÃO DE SOJA NO BRASIL E A FUNDAÇÃO DA APROSOJA	----- 11
2.1. EXPANSÃO DA SOJA	-----
	11
2.2. IMPORTÂNCIA ECONÔMICA PARA O PAÍS	-----
	15
2.2.1. O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (CAI) E AS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA PARA O PRODUTOR RURAL	-----
	15
2.2.2. FUNDAÇÃO DA APROSOJA, MOTIVAÇÕES INICIAIS E EXPANSÃO PARA DIFERENTES ESTADOS DA FEDERAÇÃO	----- 20
2.2.3. ANÁLISE GRÁFICA DA PRODUÇÃO DA SOJA	-----
	21
2.3. O POSICIONAMENTO DA APROSOJA DIANTE DO RECORTE AMBIENTAL FRENTE AO DE OUTRAS ENTIDADES DO	

AGRONEGÓCIO	-----	
		27
3. POSIÇÃO DA APROSOJA NA CONJUNTURA BRASILEIRA PRÉ-BOLSONARO	-----	37
3.1. GOLPE CONTRA DILMA E POSSE DE MICHEL TEMER	-----	
		38
4. O “AGROBOLSONARISMO”, APROSOJA E A QUESTÃO AMBIENTAL	----	
		42
4.1. CONTRADIÇÕES IDEOLÓGICAS	-----	
		43
4.2. CONSEQUÊNCIAS	-----	
		52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	-----	
		54
REFERÊNCIAS	-----	
		56

1 - INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho tem como tema “A Aprosoja e a questão ambiental vista a partir da crise política do Brasil recente (2015-2022)” e propõe analisar a Aprosoja enquanto entidade patronal dos produtores de soja, que foi criada para reunir interesses em comum. Será apresentado, portanto, a partir de uma contextualização do mercado de soja, desde quando ele chega no Brasil e se expande, para entender quando e como a entidade foi criada.

Seguindo, após a contextualização de como a modernização da agricultura se deu no Brasil, entende-se quando e como a Aprosoja se funda no país, a que grupo representa e como

ela trata das questões ambientais, que se relacionam com o nível de proximidade que se apresentam desde o Governo Dilma a Bolsonaro e, por isso, dada a crise política, percebe-se que a entidade entra em um processo de “*Fascistização*”, um conceito para afirmar a iminência de uma cultura política do Fascismo enquanto um fenômeno em que ocorre o pragmatismo da violência, ufanismo raso, eliminação de adversários, a escolha de um líder, nesse caso Bolsonaro. (REBUÁ, 2019) Então, a pesquisa busca solucionar como esse processo se deu, em que se aprofundará neste conceito no capítulo 4.

Para isso, utiliza-se do método de pesquisas qualitativas, analisando-se a bibliografia sobre o tema, a partir de como se deu a modernização conservadora, o quanto ela influenciou na cadeia produtiva para chegar até os dias atuais e, com isso, compara-se as diferentes faces do agro diante da questão ambiental e como a Aprosoja se posiciona diante das outras frentes, além de realizar-se análise do discurso para verificar como a Aprosoja estava manipulando a informação a seu favor para parecer que a forma que via os problemas relacionados ao meio ambiente de forma correta.

A partir disso, demonstra-se como se deu a crise política do *Impeachment*, como se seguiu a atuação de Temer até chegar no período Bolsonaro. Então, demonstra-se o quanto Bolsonaro prometeu regalias ao setor do agro, nem sempre cumpridas, porém a Aprosoja em si saiu satisfeita. Isso se deu muito devido ao fato de que houve tanto uma flexibilização do discurso quanto da fiscalização e mesmo das leis ambientais, a fim de conseguirem melhor desempenho econômico na produção, sem se preocupar com a biodiversidade.

Para isso, para chegar no contexto da análise política, inicialmente, serão apresentados, em um primeiro capítulo de desenvolvimento, como a soja chegou no Brasil e se tornou uma *commodity*, o início da Aprosoja enquanto entidade para representar os interesses dos sojicultores, uma análise gráfica para verificar a importância econômica do grão de soja para os demais estados do Brasil e como a Aprosoja se dá em uma relação política comparada com as demais entidades do agro. O segundo parágrafo de desenvolvimento tem a ver com a crise política iminente que leva ao *Impeachment* de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer e como a bancada ruralista, de maneira geral, teve um papel para a deposição da ex-presidenta e, como a partir daí a Aprosoja começou a radicalizar o discurso, para, por fim, analisar, a partir do fenômeno que chamamos de “*Agrobolsonarismo*” (POMPEIA, 2022), que se compreende por um movimento que aconteceu entre grande parte das elites do agro por se aliarem aos discursos radicais de Bolsonaro durante sua campanha e período em que esteve na presidência, principalmente no que se diz respeito à questão ambiental. Para provar esse ponto, se utilizará do método da

análise do discurso de como a Aprosoja tentou atenuar a utilização dos recursos naturais, isso será feito, por fim, para comprovar a *Fascistização* do setor.

2 - HISTÓRIA DA PRODUÇÃO DE SOJA NO BRASIL E A FUNDAÇÃO DA APROSOJA

A pesquisa tem o objetivo de analisar o comportamento político, com enfoque na questão ambiental, da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) durante o período de crise política recente no Brasil. Mas, para isso, nos referiremos à história de como a produção da soja chegou em solos brasileiros, como ela se tornou importante para a economia do país e uma das principais *commodities* agrícolas para demonstrar que os sojicultores uniram seus interesses para reivindicar os seus direitos enquanto classe e, enfim, criar a Aprosoja.

Mas, mesmo com sua relevância para o agronegócio, principalmente no que se diz respeito à produção de soja, os posicionamentos da entidade não são homogêneos em relação aos interesses do agro como um todo. Por isso, neste capítulo, será trabalhada, também, a diferença entre as diversas associações fundiárias para que se possa entender o impacto da Aprosoja no que se diz respeito às questões políticas, e o porquê pode ser considerada *negacionista* no que se refere à questão ambiental e como as reivindicações de flexibilização de leis ambientalistas possuem um grande impacto socioambiental e contribuem para o crescimento de políticas neofascistas.

2.1 - EXPANSÃO DA SOJA

A expansão do cultivo da soja no Brasil se iniciou a partir da década de 1940 após ter seu cultivo consolidado no Sul do país para fins comerciais. Nas décadas seguintes, com o aumento da demanda nacional e internacional, se expande para estados do Centro-Oeste, em meados da década de 1970, quando sementes são desenvolvidas através do processo da transgenia para se adaptarem ao Cerrado. Já na metade da década de 1990, houve a expansão do cultivo da soja para estados do Norte e Nordeste, na região denominada MATOPIBA, que compreende os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Portanto, será analisada a história da soja no Brasil desde a sua chegada, como se deram os processos acima mencionados e os impactos sociais, políticos e econômicos. (BARROZO; DA ROSA, 2018).

A soja é uma leguminosa que pertence à família Fabaceae, assim como o feijão, grão de bico, ervilha e lentilha. Seu cultivo e consumo, inicialmente se deu em países como a China, Japão e Coreia desde o século XI, aproximadamente. A partir de 1712, com as expansões marítimas, os europeus passaram a explorar territórios na parte Oriental do globo e, com isso, buscava-se diferentes especiarias e sementes. Então, nesse ano, as sementes do grão foram levadas para a Europa a fim de cultivá-las no Ocidente, mas elas não se adaptaram às condições ambientais dos países em questão, como França, Alemanha e Áustria.

Com a expansão dos territórios no Novo Mundo, a soja foi trazida para diferentes países da América, inclusive o Brasil, em meados de 1882. Nesse momento, o grão foi introduzido na Bahia e, também, foram feitos testes de cultivo no Instituto Agrônomo de Campinas. Além disso, a leguminosa passou a ser incorporada na alimentação dos japoneses imigrantes e nipo-brasileiros em São Paulo. Então, a partir do século XX, o grão passa a ser produzido com finalidades comerciais, começando a ser cultivado no Sul do Brasil, se expandindo pelo Centro Oeste e depois para as regiões Norte e Nordeste. As áreas pelas quais estava-se realizando a expansão da fronteira da soja demonstraram, inicialmente, uma inferioridade da produção e produtividade ao compará-las com as áreas cujo cultivo era consolidado, mas, ao longo dos anos, o cultivo e produção se redistribuíram ao longo do território.

No Sul do Brasil, a introdução da cultura do grão no Rio Grande do Sul (RS) foi atribuída ao professor de agronomia e veterinária F. G. Graig da atual UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) em 1914 e Francisco Seibot, um agricultor pioneiro no cultivo do grão no país, em 1917 no município de Tupurandi-RS, a fim de usar a soja como café. (BARCELOS; BONETTI, p. 5, 2019). A partir da década de 1940, a soja começou a aparecer nas estatísticas agropecuárias do Rio Grande do Sul e, na mesma época, foi construída a primeira máquina de processamento do grão. Após a década de 1940, a produção de soja para fins comerciais passa a concentrar 99% da produção do estado. Nos anos 40, o plantio era pensado, sobretudo, para constituir a ração de bovinos e suínos e, no pós Segunda Guerra Mundial, a produção se volta, principalmente, para os de óleos vegetais. Com isso, houve um rápido crescimento da produção.

Na década de 1960, inicia-se a produção em larga escala e rapidamente a soja se torna a principal cultura em termos econômicos no Brasil. Assim, com o declínio da produção do trigo na década de 1970, o grão surgiu como um retorno econômico que iria trazer prosperidade. E desta forma, a soja passou a ser cultivada na pequena propriedade,

substituindo as culturas tradicionais. (MUNDSTOCK, 2005). Com a viabilização de novas situações de lavouras e o uso de novas tecnologias de cultivo, o agricultor adquiriu mais experiência na gestão e cultivo de grãos, houve a mecanização da propriedade e acesso a insumos mais baratos. (MUNDSTOCK, 2005). Esses fatores, ao se juntarem com os preços adequados para a comercialização e a demanda de mercado por grãos de soja, deram impulso às atividades agrícolas.

Na década de 1970, houve, então, a expansão do ciclo da soja somado à modernização da agricultura. As novas técnicas de plantio foram desenvolvidas para que houvesse maior conservação dos solos e mananciais hídricos, feita com o plantio direto. (DE PAULA e FAVERET FILHO, 1998). Nos fins da década de 70, a soja foi a principal cultura a receber estímulos oficiais na monocultura do Planalto Gaúcho. (BRUM, 1983).

A partir do crescimento do cultivo, a produção se expandiu para os estados vizinhos do Rio Grande do Sul (RS): Santa Catarina (SC) e Paraná (PR). Na época, 80% da soja plantada no Brasil era concentrada nesses estados. No Rio Grande do Sul nos anos de 1988 a 2000, a área plantada era estável, mas foi o estado com maior produção significativa. Santa Catarina possui o relevo acidentado, mas possui boa produtividade, então existe a produção do grão, apesar de não ser, atualmente, um dos 10 maiores estados produtores. Já o PR, nessa época, ultrapassou a produção devido a sua maior produtividade, segundo a “Avaliação de sustentabilidade: do crescimento do cultivo da soja para exportação no Brasil”, realizada pela *World Wide Found for Nature* (WWF). (DE PAULA e FAVERET FILHO, 1998)

A expansão da soja ocorreu em meio ao processo de modernização produtiva e demandas de mercado nacional e internacional. Como o governo incentivou a produção de carnes animais, a soja passou a ser utilizada como ração. Concomitantemente, o mercado internacional da soja estava com aumento da demanda e preço do grão. Até o fim da década de 1970, a produção passou de 1,5 milhões para 15 milhões de toneladas (ton), representando um aumento de 1000%. Em 1999, 26 dos estados brasileiros produziam soja. (FERNÁNDEZ, 2006)

Sobre o impacto da produção de soja no país e a sua modernização da produção, é importante destacar a Revolução Verde, ocorrida entre os anos de 1960 a 1970, que pode se caracterizar como a difusão das tecnologias agrícolas para permitirem certo aumento da produção, principalmente em países menos desenvolvidos a partir de modernização das técnicas agrícolas. Tal resolução se propôs a realizar um melhoramento genético e a instalação de indústrias a fim de garantir uma política agrícola de crédito fácil a juro zero, o que foi interessante aos produtores. Apesar da proposta ter surgido como uma forma de

combate à fome, ela gerou inúmeros impactos sociais e ambientais negativos, visto que além de não ter resolvido os problemas nutricionais do país, foi responsável por um aumento da concentração fundiária. Isso levou ao problema do êxodo rural dos pequenos produtores e o lucro da produção agrícola se transferiu para a agroindústria.

A partir da expansão da produção de soja nos estados do Sul do Brasil e as tecnologias de produção, a plantação se estendeu para os do Centro-Oeste, sobretudo Mato Grosso (MT). As características ambientais e climáticas são muito diferentes do sul do país, por isso investiu-se em pesquisas e técnicas de plantio direto. Estimulou-se uma entresafra produtiva, chamada de “safrinha”, em que se plantava outros grãos, como o milho, a fim de adaptar a soja ao solo. Novas variedades da leguminosa foram então produzidas para permitir que o cultivo fosse possível em novas áreas como o Cerrado. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) foi essencial para desenvolver essas novas técnicas em meados da década de 1970. Além disso, o governo, em plena Ditadura Militar, investiu nas modernizações da soja. Com essas modernizações e a alta produtividade, o Mato Grosso, na década de 1990, se tornou o maior produtor de soja nacionalmente, segundo dados do IMEA (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária).

Por fim, observa-se a expansão da soja no Norte e Nordeste do país, a região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia). A produção da soja chega nesses estados em meados da década de 1990, e nessa época, novas tecnologias de produção e desenvolvimento de transgênicos passaram a ser incorporadas na plantação. Muito disso se deve pela presença da iniciativa privada internacional, que estava interessada em investir na soja brasileira, com isso, participaram de pesquisas, inicialmente nos estados do Mato Grosso, Rondônia e Pará. (Jaccoud et al., 2003).

Em decorrência da expansão da produção de soja no Brasil, deu-se uma nova dinâmica: o chamado “complexo da soja”, que tinha como principais componentes o mercado consumidor, rede de atacadistas e varejistas, indústria de processamento, propriedades agrícolas e fornecedores de insumos. Isso impacta no PIB do Brasil e gera lucro para a iniciativa privada, que atua em corporações que fornecem insumos e tecnologias e se consolidam como parte do agronegócio, e com isso, adquiriram certo poder político e se inseriram nas bancadas do Congresso Nacional. Algumas de suas “conquistas”, são: a liberação do uso de sementes transgênicas e a Lei Kandir, que isentou do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os produtos para exportação. Como resultado, abriu-se espaço para novos investimentos e expansão de fronteiras da plantação, como por exemplo a do MATOPIBA. Nessa região, a produção agrícola e pecuária representou um

aumento do PIB de 99,55% entre os anos 1999 e 2011, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), analisados pelo Embrapa em uma nota técnica (Embrapa, 2015).

Portanto, traz-se, também, algumas controvérsias da produção da leguminosa, como a grande quantidade de água e solo para sua produção, o que leva ao desmatamento, o alto uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, que podem não fazer bem à saúde humana a longo prazo, além do impacto negativo na biodiversidade, que é uma consequência da modernização produtiva. Como impactos ambientais, pode-se listar a destruição de florestas e biodiversidade genética, erosão dos solos e contaminação dos recursos naturais. Todos esses fatores trazem impactos socioeconômicos para o campo.

É importante salientar, também, que a modernização produtiva não ocorreu de forma igualitária. Durante todo esse processo, foi acentuada a desigualdade presente no campo na situação fundiária, que ocorre entre os produtores rurais, atividades agropecuárias e regiões do país. Isso beneficia os grandes capitalistas e exclui o acesso à terra para pequenos produtores.

2.2 - IMPORTÂNCIA ECONÔMICA PARA O PAÍS

Essa sessão que se segue será escrita no intuito de demonstrar o que se conhece por “Modernização Conservadora” e como ela impactou o modo de produção agrária no Brasil até a formação do que se conhece como Complexo Agroindustrial (CAI). É por meio dessa formação socioeconômica do campo que existe um contexto inicial para a reunião dos produtores de soja que decidem reunir seus interesses em uma associação, conhecida posteriormente como Aprosoja.

2.2.1 - O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (CAI) E AS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA PARA O PRODUTOR RURAL

Durante a década de 1970, começou a se observar no país certas modificações no modo de produção no campo no que se refere à modernização conservadora, que foram avançando conforme o avançar dos anos. Essa se refere a uma modernização do campo que reforça o poder das elites, excluindo as chances de poder da classe trabalhadora. Sendo assim, as mudanças nos níveis micro e macroeconômicos foram visíveis, principalmente no que se diz respeito à agricultura. No Brasil, contava-se com a diversidade no meio ambiente, aptidão

de terras e infraestrutura, o que foi extremamente favorável para o crescimento e modernização do agro. (KRABBE, 2010, p. 13).

Com isso, houve a substituição do modelo de produção agrícola vigente, o Modelo Rural, que representa a agricultura no seu momento pré-modernizado e o Complexo Agroindustrial (CAI) que, além de fortalecer o setor como importante parte para o contexto econômico do país, fortaleceu também outros setores. Pelo fato da soja ter substituído a cultura do trigo, se consolidou como CAI soja, que envolve a produção de grãos, farelo e óleo, daí se torna o carro chefe da modernização. (KRABBE, 2010, p. 14)

Desta forma, o CAI soja demonstrou prosperidade e, com isso, inúmeras cooperativas firmaram elo com agricultores a partir de financiamentos, processamentos e comercialização de safras, o que chamou a atenção de multinacionais. Assim, a produção para a exportação ocupava parte relevante para os meios de produção e a outra parte viria para a produção de bens de consumo para a produção local e bens de produção. A industrialização trouxe desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas para o país, o que impactou não somente a indústria, mas o comércio, a agricultura e os insumos. A partir de então, foi um momento favorável para aumentar a riqueza interna e o PIB.

Contudo, a modernização do sistema agroindustrial trouxe severas consequências sociais para o produtor rural brasileiro. Ao se introduzir um modelo de monocultura e produção feita por máquinas sofisticadas, muitos pequenos produtores deixaram de produzir seus insumos para a própria subsistência e começaram a realizar trabalhos pelos quais eles não conheciam todo o processo. Outros fenômenos a se observarem, são o êxodo rural, a concentração fundiária, a exploração de mão de obra e os problemas socioambientais.

Como consequência dos processos acima citados, aconteceu a decadência do modelo de agricultura tradicional, pois houve a exaustão do solo sem preservação, a difusão do modelo de média e grande propriedade que, além de ser apoiado pelo Estado, deixou na mão os pequenos produtores que foram forçados a deixar o campo. Nesse sentido, outra consequência da modernização da agricultura foi a diminuição dos preços dos produtos agrícolas. Desta forma, para os pequenos produtores que restaram, ocorreu a perda de renda por terem que competir comercialmente com a agricultura em larga escala industrial, ainda com preços baixos, houve, como consequência, a redução de alimentos para consumo familiar e o empobrecimento dessas famílias (BRUM, 1983).

Desta forma, o trabalhador, que antes tinha um papel ativo do artesão, de saber todas as etapas do processo produtivo, se tornou um agente passivo ao trabalhar na indústria. E,

com a modernização, a produção se restringe à capacidade de importação, pois muitos dos recursos que são utilizados na produção mecanizada dependem da importação de elementos.

A própria industrialização criou o mercado que precisava para sua expansão. De um lado o processo simultâneo de ampliação da fronteira agrícola e de urbanização anteriormente dedicada a atividades agropecuárias. De outro lado, pelas transformações que provocou na agricultura, ao transformá-la também numa indústria que compra certos insumos (adubos, máquinas) para produzir novos insumos (matérias-primas para as indústrias de alimentos tecidos). Isso se pode concluir que quanto maior for a circulação da produção ou pelo lado da oferta ou do processamento do produto final, maior é o mercado numa economia capitalista. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 62)

Com isso, veio a mudança de padrão da agropecuária, que adquirem padrões cada vez mais industrializados a serviço das demandas do capitalismo. Então, a agricultura se industrializa, conectada com o sistema capitalista, o setor industrial e o mercado externo. Há, portanto, interesses de multinacionais envolvidos, que se inserem no Brasil para subsidiar esse modelo que se tornou seletivo, mas para essa minoria detentora dos meios de produção, é modernizante.

Desta forma, é possível relacionar os impactos econômicos do avanço do agronegócio do país com a Revolução Verde que, como teve o objetivo de contribuir para o aumento da produção e produtividade agrícola através do desenvolvimento de experiências na genética vegetal a fim de criar e multiplicar sementes adequadas para diferentes solos e climas resistentes a pragas e doenças (BRUM, 1983). Por trás dessa prática, observa-se interesses econômicos e políticos ligados ao fortalecimento de grandes corporações que caminhavam no rumo da transnacionalização.

Com a Revolução Verde, percebe-se a influência Norte Americana na expansão do mercado de *commodities* no Brasil e, como consequência, observa-se a modernização conservadora, que aprofundou a internacionalização da economia e agravou a dependência. Grandes agricultores empresariais se favoreceram com essas medidas e, os pequenos, foram colocados à margem da produção. Uma alternativa possível para estabilizar a agricultura como uma das principais formas de geração de renda para o país seria a reforma agrária, mas como ela não ocorreu, o Brasil continuou dependente economicamente dos países chamados de primeiro mundo e acentuou a concentração de terras. Como consequência do processo de internacionalização, ainda, o país se endividou com os banqueiros internacionais, por isso, precisava estimular a exportação para pagar a dívida e os juros e, por fim, tornou-se um alvo constante do capital externo. (BRUM, 1983).

No ano de 1971, foi criada a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), vinculada ao Ministério da Agricultura, e sua atuação sofreu incidência

internacional. Após esse evento, foi estruturado e dinamizado o sistema nacional de assistência técnica e extensão rural através da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), também vinculada ao Ministério da Agricultura. Ela serviu novas culturas, técnicas de cultivo e manuseio do solo. Com a Embrapa e EMATER, o Estado fez a aglutinação entre a agricultura rural e a industrial. O uso de máquinas e tratores foi o primeiro indicador da modernização.

A partir de então, o CAI sofre seu processo de maturação nos anos 1970, inspirado nos conceitos de *agribusiness* e sistema agroalimentar. O autor do termo, Alberto Passos Guimarães (1982), demonstra a integração técnico-produtiva, a montante e a jusante. Ambos os processos se referem às etapas do ciclo de produção, sendo a primeira a que se refere aos bens de consumo e ao capital da fazenda, a chamada “porteira para dentro” e a segunda se refere às redes de armazenamento, transporte, processamento e distribuição, a “porteira para fora”. Portanto, o CAI pode ser caracterizado como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários. Sendo assim, percebe-se uma inter-relação e processo de co-dependência entre a indústria, a agricultura e a agroindústria. Mas, a partir do que o autor afirma, conforme a industrialização do agro aumenta, diminui-se o desempenho da produção e a autonomia produtiva. E, desta forma, a constituição dos CAI’s e a industrialização passam a ser novos determinantes na dinâmica agrícola, pois substitui uma economia natural. (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Desta forma, o Estado favoreceu a grande propriedade e o crédito rural foi utilizado a fim de adquirir novas terras. Outra política de modernização da agricultura é a dos incentivos fiscais, que tentaram transferir capital da indústria para a agricultura. (GRAZIANO DA SILVA, 1982). A economia foi cada vez mais sendo movida a crédito, agravando, então, a dependência financeira. Isso sufocou o processo produtivo e o agricultor torna-se um comprador do que a família consome, não produz mais para comer, compra equipamentos para a produção, produz e vende sobretudo a soja, compra bens com crédito fácil e as safras dão resultados satisfatórios. (KRABBE, 2010).

Com esse processo de modernização, houve a interação das atividades agrárias e mudanças sociais e políticas entre grupos sociais. Do ponto de vista econômico, esse processo foi importante, ao considerar o dinamismo que a agricultura moderna gerava para o mercado financeiro, além de exigir instrumentos mais ágeis para o avanço do processo. Já para o social e ambiental, foi pouco favorável, visto que poderia tirar o emprego de muitos trabalhadores e, para a construção de novas máquinas, muitos recursos naturais são extraídos. (KRABBE, 2010).

Antes, observava-se o trabalhador do campo em seu cotidiano, que antes poucas vezes precisava frequentar a cidade, começa ao precisar frequentar o banco, depois comprar insumos e equipamentos, sendo um mundo deveras complexo e amplo. Com isso, a modernização do campo escancara a pobreza e a substituição da mão de obra, resultado do sistema capitalista no campo. (BALSAN, 2006). Como consequência, houve o processo do êxodo rural, em que houve o aumento da demanda de alimentos básicos, como arroz, feijão e mandioca, o que causou desnutrição no meio urbano.

Em meados da década de 1970, nas regiões em que o pequeno produtor dedica-se à monocultura, a falta de dinheiro leva-o à falência, processo que se dá a partir das dívidas e créditos dos comerciantes. (RUCKERT, 2003). Com a expansão do chamado ciclo da soja nessa mesma época, o preço das terras cresceu, pois ela passou a ser mais cobiçada, e, com a aglutinação das propriedades rurais, muitos trabalhadores do campo realizaram a fuga para as cidades, processos que foram chamados de “cinturões da miséria”. Com isso, houve um aumento dos conflitos sociais, os trabalhadores expulsos do campo formaram uma massa de “sem terras” e, a partir de então, houve um incentivo à migração, a chamada “Marcha do Oeste Brasileira”. Os sem-terra que permaneceram na cidade, os “boias-frias”, vendiam a força de trabalho no campo, mas residiam nas cidades. A expansão das linhas de crédito favoreceu os grandes produtores, o que favoreceu a expulsão dos pequenos do campo, além da agricultura passar a se dividir em “agricultura de rico” e “agricultura de pobre” (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

O objetivo da modernização era claramente o lucro, o aumento de excedentes e o aumento da produtividade. Houve, portanto, a diminuição das propriedades locais e comunitárias e aumento das lavouras. Com o avanço da modernização e o surgimento de grandes cooperativas, houve a tendência do desaparecimento dos pequenos comerciantes interioranos. Com isso, houve o fortalecimento do modelo da agroindústria dos grandes produtores, e, com isso, eles puderam se unir enquanto classe, defendendo seus interesses. E, aqueles que trabalhavam com a soja, puderam se juntar, anos depois, para a criação da Aprosoja, que, além de defender suas próprias bandeiras e reivindicações, puderam unir seus interesses políticos para com a agenda do agro.

2.2.2 - FUNDAÇÃO DA APROSOJA, MOTIVAÇÕES INICIAIS E EXPANSÃO PARA DIFERENTES ESTADOS DA FEDERAÇÃO

A Associação Brasileira de Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) é uma entidade representativa de classe, constituída por produtores rurais que estão ligados ao cultivo da soja. Ela iniciou suas atividades no dia 11 de março de 1990 com o nome de Abrasoja, cujo objetivo de sua fundação era justamente o de unir o setor dos produtores de soja de diversas regiões do Brasil num período de dificuldades que o setor enfrentava, por isso a entidade lançou um documento chamado “Alerta à Nação”, que defendia a renegociação das dívidas dos produtores e a valorização do setor. (APROSOJA PA, 2023) Nesse mesmo dia, os produtores da Frente Ampla da Agricultura de Mato Grosso foram recebidos pelo então presidente Fernando Collor de Mello. Com o avanço das ações da entidade, o nome da entidade foi alterado, em 2001, para Aprosoja para que não fosse confundida com a organização Brasoja (corretora de grãos), e, em 2004, tornou-se Aprosoja Brasil, entretanto suas atividades inicialmente foram restritas a poucos produtores.

No início, não estavam preparadas para se organizarem enquanto organização nacional, por isso foram fundadas regionais nos estados cuja região já era expoente na produção de soja, ou seja, no Centro-Oeste e Sul. Em 2005 surgiu-se a primeira regional da entidade, a do Mato Grosso e, com a expansão na produção agrícola na região Centro-Oeste, a Aprosoja Brasil voltou à ativa em 2007 e voltou a liderar as principais agendas dos produtores de soja do país. Alguns deles, podemos destacar o trabalho que se relaciona à renegociação de dívidas dos produtores rurais, à aprovação de nova legislação ambiental e à melhoria da infraestrutura de transporte para o fluxo da produção agrícola. E, para isso, a entidade esteve presente para pensar em algumas ações que representariam avanços para o setor, como a Judicialização da cobrança dos Royalties da Monsanto, a criação do Instituto Pensar Agro (2011), e a mobilização de lideranças na aprovação do Código Florestal (Lei 12.651/2012), da Lei dos Pesticidas (Lei 14.785/2023) e da Lei dos Bioinsumos (Lei 15.070/2024). (DANTAS, 2025)

Ademais, durante esses anos, a entidade teve importante papel para o fortalecimento da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) e na criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, assim, foi ganhando espaço para crescimento em várias regiões do país.

Tabela 1

Fundação das diferentes regionais da Aprosoja e marcos importantes

Ano	1990	2005	2007	2008	2009	2013	2014	2015	2017	2018
Estado ou marco	BR	MT	MS, PI, BA, RS, PA	Reestruturação da FPA	RO	PR, GO, MA, TO	SC	AP, RR	SP	MG

Gráfico: elaboração própria

Fonte: APROSOJA BRASIL

2.2.3 - ANÁLISE GRÁFICA DA PRODUÇÃO DA SOJA

Ao consultarmos o último censo agropecuário realizado em 2017, observa-se que a soja ainda é consolidada como uma das principais *commodities* que giram o PIB brasileiro. A Aprosoja, enquanto entidade, possui os interesses de manter essa produção em crescimento, por isso irá tentar deixar fora do caminho da produção todos aqueles que forem contra os seus princípios de produção, como as questões ambientais e indígenas. Sendo assim, é possível, de fato, observar que os dados da produção, colheita, número de estabelecimentos e valor da produção são favoráveis para o setor.

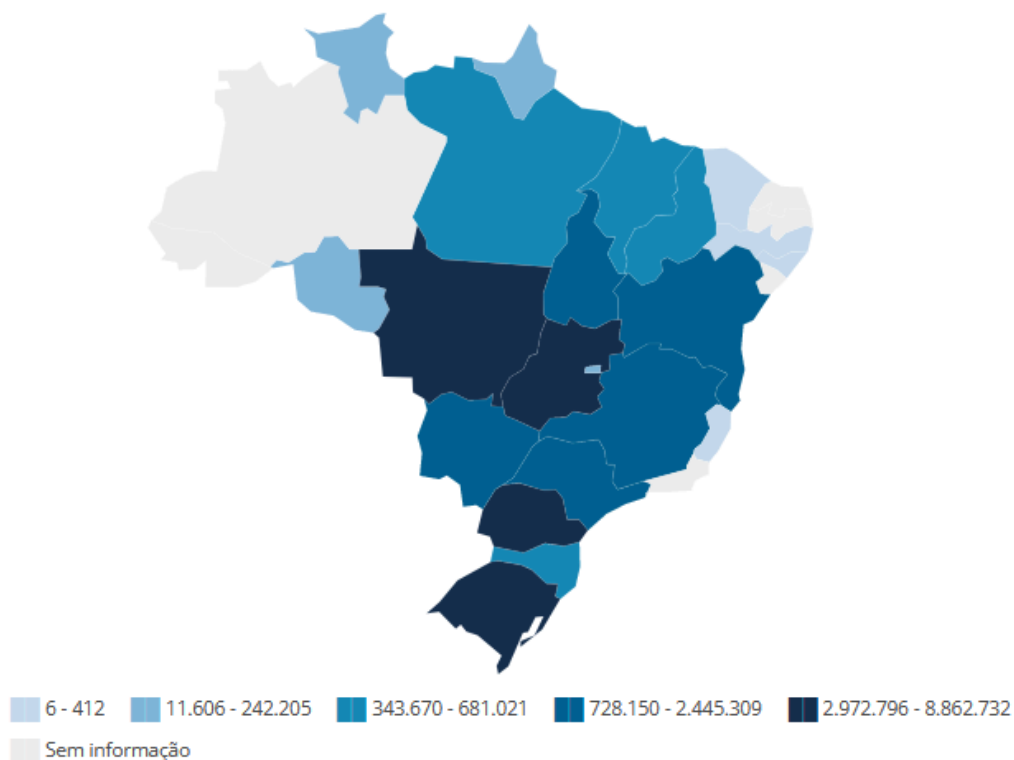
Levando em conta os 10 maiores produtores do grão no Brasil (MT, RS, PR, GO, MS, BA, MG, SP, TO, PI), observa-se que a Aprosoja possui regionais em todos esses estados. E, além desses, possui em outros como RO, SC, RR, que, considerando a expansão do cultivo da soja no Brasil, fazem parte dessa história.

Considerando os gráficos, observa-se, também, que esses estados lideram, no geral, a produção, a quantidade do grão por área colhida e o valor da produção, e os estados do AC, AM, PB, RN, RJ, SE não possuem informações sobre. Mas como se pode analisar, todos os estados da federação possuem ao menos um estabelecimento da venda do grão.

Gráfico 1 (ano 2017)

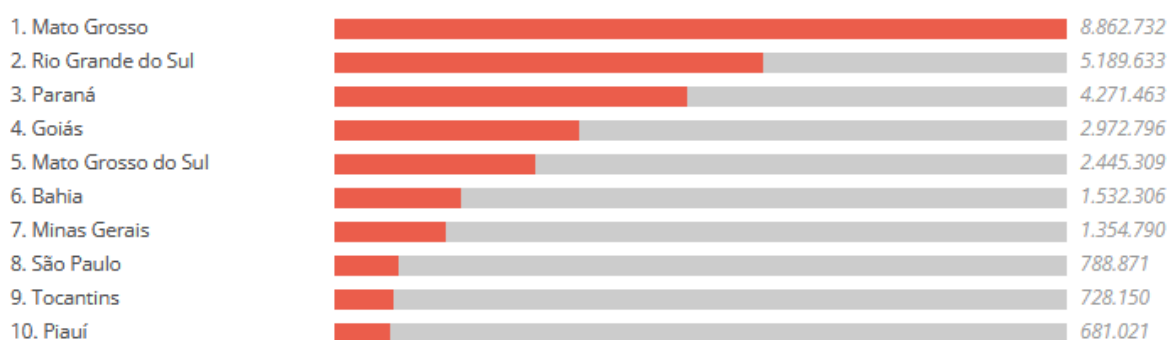
Cartograma - Soja - Grão do Brasil por Área colhida

em hectares



Ranking - Soja - Grão dos Estados do Brasil por Área colhida

em hectares



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A partir do gráfico 1, é possível observar que os principais estados que realizam a colheita de soja no Brasil, são justamente os pioneiros onde a Aprosoja começou a realizar as suas atividades. No Rio Grande do Sul, o segundo colocado com a maior produção, em hectares, foi onde o cultivo foi favorável para se desenvolver a partir do meio da década de

1910 e, assim, o cultivo se expandiu para os outros estados da região, com destaque para o Paraná, que também está entre os destaques de produção, em terceiro lugar. E, mesmo com o tempo em 2017, esses estados da região sul, continuam sendo destaques no campo.

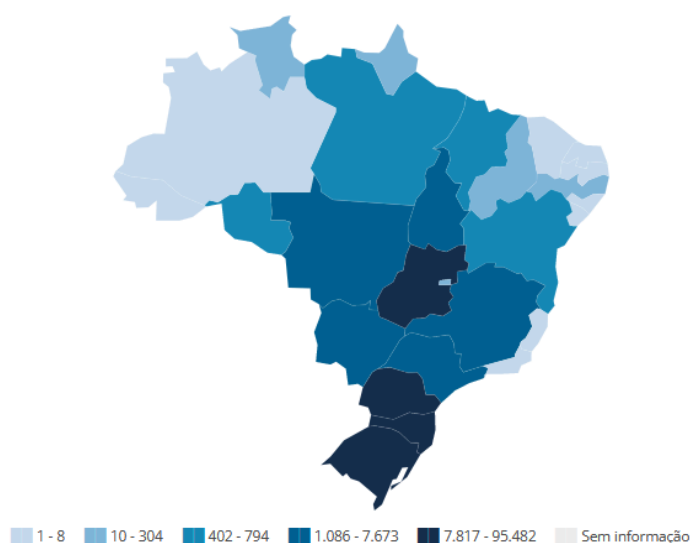
Já o primeiro lugar, inegavelmente seria o do Mato Grosso, onde a produção recebeu incentivos de pesquisa pela Embrapa e o Governo Militar em técnicas de plantio direto desde 1970, visto as diferenças climáticas com o Sul. (DE PAULA e FAVERET FILHO, 1998). Com o visível destaque da produção mato-grossense, observa-se que, em hectares, representa quase o dobro do segundo colocado na lista (8,8 milhões do Mato-Grosso *versus* 5,1 milhões no Rio Grande do Sul), o que podemos observar que, desde então, o estado é um destaque na área colhida. Além disso, toda a região Centro-Oeste apresenta destaque na produção de soja em hectares, sendo Goiás o quarto colocado e Mato Grosso do Sul como o quinto. (IBGE, 2017)

Destaca-se também, para a região do MATOPIBA que, com exceção do Maranhão, todos os estados que compõem essa macrorregião socioeconômica estão como os maiores produtores de soja do Brasil em hectares.

Outro dado que podemos destacar é o fato de que, nesse gráfico, os 10 principais estados produtores de soja possuem sedes da Aprosoja, que está localizada em 16 estados. Esse é um dado que pode refletir a influência da entidade nos estados que estão com a maior área de produção em hectares.

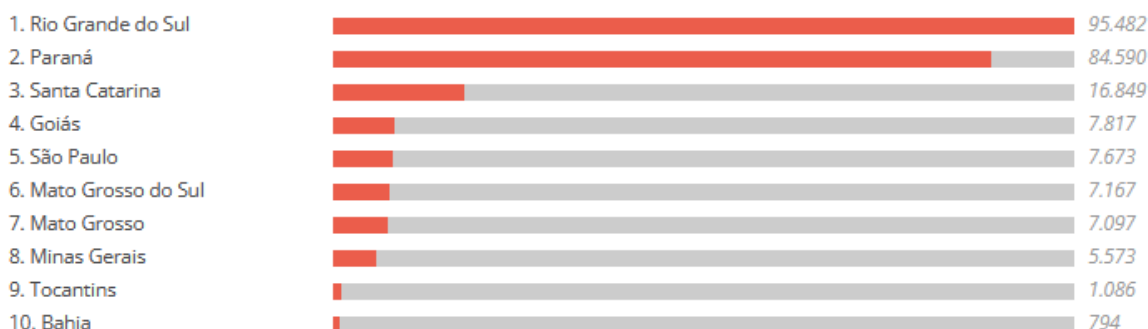
Gráfico 2 (ano 2017)

Cartograma - Soja - Grão do Brasil por Número de estabelecimentos
em estabelecimentos



Ranking - Soja - Grão dos Estados do Brasil por Número de estabelecimentos

em estabelecimentos



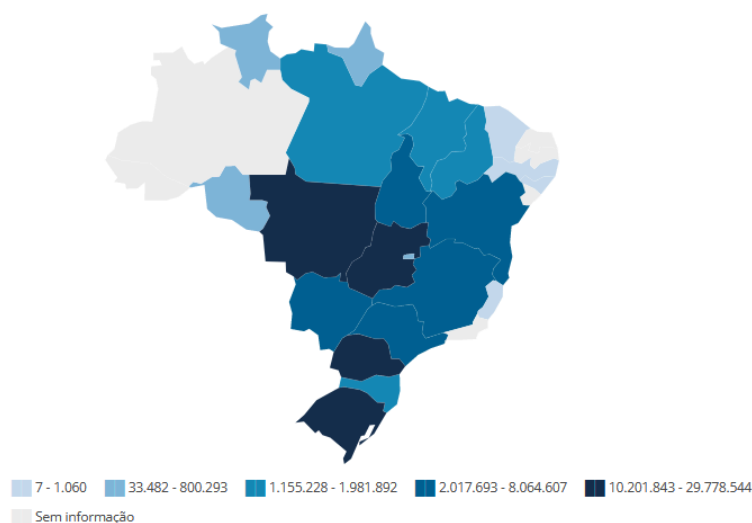
Fonte: IBGE

Pode-se observar que os três estados que possuem maior quantidade de grãos de soja por número de estabelecimentos, são justamente os estados do Sul do Brasil, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Algo que pode ser observado, então, é que, por serem estados em que existe alta produção e consumo de carne bovina, segundo o censo agropecuário do IBGE de 2017 (Bovinos dos Estados do Brasil por Número de estabelecimentos), é possível relacionar o fato de que a soja pode ser utilizada como ração do gado, visto que 90% da produção de soja que permanece no país é utilizada para alimentar os animais na pecuária. (ORTOLANNI, 2019)

Gráfico 3 (ano 2017)

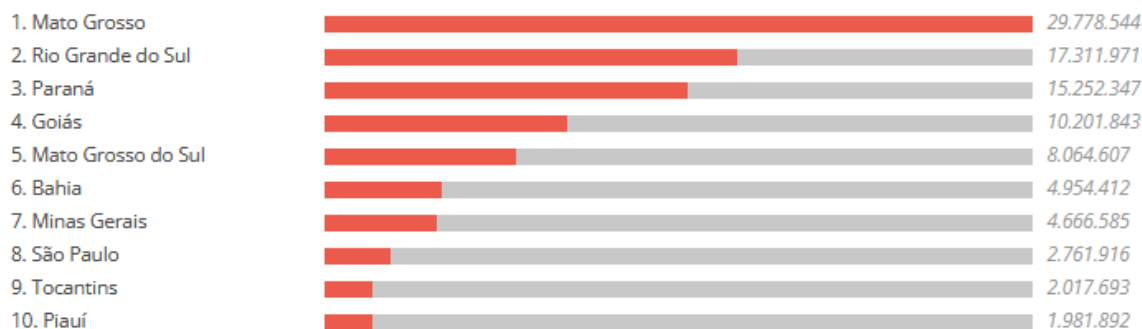
Cartograma - Soja - Grão do Brasil por Quantidade produzida

em toneladas



Ranking - Soja - Grão dos Estados do Brasil por Quantidade produzida

em toneladas



Fonte: IBGE

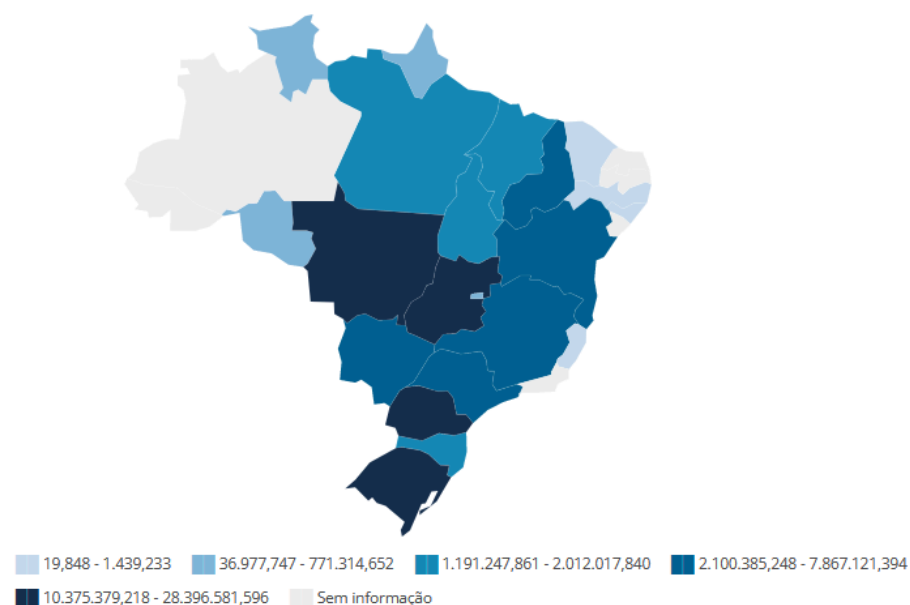
Assim como o gráfico 1, que representa a área de produção de soja em hectares, o gráfico 3 que representa os grãos dos estados do Brasil por quantidade produzida, possui como cinco maiores destaques os estados do Mato-Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul. Isso significa que, com a imensa área de plantio que está concentrada nesses estados, a produção é intensa e pode se dar como destaque. Os cinco demais estados representados no gráfico 3 também são os estados que possuem maiores áreas de produção no gráfico 1, o que significa que os dados estão em consonância.

Além disso, os cinco estados com a maior produção em destaque, são justamente aqueles em que a Aprosoja possui suas regionais de maior importância socioeconômica, o que significa que a entidade pode possuir uma certa influência no que diz respeito à colheita de grãos por quantidade produzida.

Gráfico 4 (ano 2017)

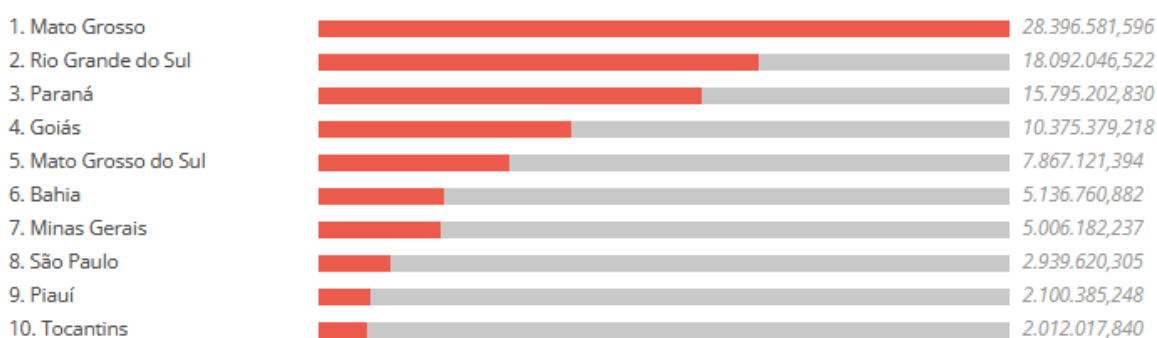
Cartograma - Soja - Grão do Brasil por Valor da produção

em (x1000) R\$



Ranking - Soja - Grão dos Estados do Brasil por Valor da produção

em (x1000) R\$



Fonte: IBGE

Novamente, os cinco estados que lideram esse *ranking* são o Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul. Com imenso destaque ao MT, que detém mais de 10 mil em (x1000) R\$ com o segundo colocado em relação ao grão da soja pelo valor de produção, o que verifica o destaque desse estado com relação à venda do grão. Outra coisa que se pode perceber é a prevalência dos demais estados que estão presentes nos demais gráficos (Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Tocantins e Piauí). Observa-se que todos são estados onde a Aprosoja possui sedes, portanto a entidade pode estar atuante nos locais onde vê o maior potencial de atuação a partir dos dados do gráfico.

Com isso, conclui-se a grande prevalência do estado do Mato Grosso na produção de soja, na posse de áreas, em hectares e no valor do grão. Além disso, percebe-se a importância econômica dos cinco principais estados que apareceram no *ranking* através dos dados (MT, RS, PR, GO e MS) para a produção de soja no Brasil. Além disso, observa-se a recorrência dos demais estados (SP, MG, TO, PI e BA) repetidas vezes, que são estados que possuem sedes da Aprosoja, o que significa que a entidade pode estar presente para colaborar com esses dados.

2.3 - O POSICIONAMENTO DA APROSOJA DIANTE DO RECORTE AMBIENTAL FRENTE AO DE OUTRAS ENTIDADES DO AGRONEGÓCIO

Ao contrário do que o senso comum propaga, o setor do agronegócio não é um campo político homogêneo que possui os mesmos interesses sociais, econômicos e políticos. Sendo assim, com suas diferentes posições frente às necessidades do setor, cada entidade e agrupamento terá a própria característica no que diz respeito aos problemas socioambientais nas cadeias de *commodities* agropecuárias no Brasil. Segundo POMPEIA (2023), existem cinco grupos com posicionamentos diferentes com relação a esses problemas e evidenciadas contradições nesse processo. Os grupos e suas faces são: negacionista, conservadora, volúvel, descarbonizadora e europeia. A Aprosoja, entidade agrícola analisada pelo trabalho, é classificada como negacionista. Será feita, portanto, uma introdução sobre a questão do agronegócio no Brasil e uma análise de cada uma das faces citadas, com destaque para aquela que representa a associação.

No que diz respeito às cinco correntes que diferenciam os setores do agronegócio, a primeira a ser apresentada será a intitulada “negacionista”. Sua representação mais forte é o Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA). Esse movimento patronal começou a se constituir em meados de 2017, com segmentos de pecuaristas que não se viam representados por associações dominantes, como a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e estavam descontentes com a concentração de frigoríficos e se sentiam secundarizados em Brasília. Esse setor se viu influenciado por líderes como Luiz Antônio Nabham Garcia, presidente da União Democrática Ruralista (UDR), e foi um dos primeiros a se associar com o candidato a presidente que viria a ganhar as eleições, Jair Messias Bolsonaro, que ajustou o discurso reacionário para fortalecer a articulação (POMPEIA, 2021).

Além disso, em sua campanha no final de 2017, para liderar a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Mato Grosso (Aprosoja-MT), o fazendeiro Antônio Galvan buscou cativar os pequenos e médios sojicultores utilizando-se de um discurso com tom de enfrentamento às transnacionais ligadas à soja que o setor vê como concorrência e com os governos estadual e federal. Como efeito disso, os pequenos e médios sojicultores sentiram, de certa forma, as perdas em disputas distributivas com as grandes corporações e ressentiam as dificuldades na interlocução com o Estado. Já comandando a Aprosoja-MT, Galvan ampliou a adesão de tais atores aos segmentos pecuaristas que se aglutinaram a partir de 2017. A articulação entre as duas frações articulou o MBVA.

Essa linha de fração do agronegócio possui como o posicionamento de seus principais nomes e líderes, o do negacionismo climático. Com a vitória de Jair Bolsonaro na presidência, os membros do MBVA apoiavam que o Brasil fosse igual aos Estados Unidos da América (EUA) de Trump: que trouxe o “progresso e desenvolvimento de novo para os EUA” e está “cagando e andando para o Acordo de Paris”.

No ano seguinte, a Aprosoja-MT, presidida por Galvan, promoveu uma sequência de palestras no Mato Grosso, com o público-alvo universitários, cujo tema era “Aquecimento Global: mito ou realidade”. Uma das falas do palestrante convidado foi a seguinte: “O clima varia, tanto para cima quanto para baixo, mas exatamente o que nós estamos contestando é se o homem tem essa interferência” (APROSOJA-MT, 2019). Nesse mesmo sentido da palestra ministrada, em 2021, o MBVA mostrou sua postura negacionista ao criticar uma campanha do Bradesco pela redução do consumo de carne bovina para fins de preservação ambiental. Nisso, o movimento reacionário climático, em uma nota, solta que “a teoria do aquecimento global seria completamente questionável” (MBVA e Andaterra, 2021).

Um aspecto a se destacar que une frações que lideram o MBVA é o antagonismo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), que defendem, inclusive, que ele seja completamente extinto e que sua estrutura administrativa seja liderada por quadros da agricultura patronal, de onde eles têm elevada incidência o Ministério da Agricultura (Mapa). Além disso, os representantes do MBVA criticam abertamente o Código Florestal e seus conceitos centrais, como a reserva legal, que significa o percentual de vegetação considerada nativa que imóveis rurais devem manter em cada bioma.

De fato, essa fração do agronegócio apoiou abertamente o governo Bolsonaro, que cogitou nomear o líder Nabhan Garcia para o Ministério da Agricultura, ato barrado por atores com posições “conservadoras” e “volúveis”. Sendo assim, o presidente nomeou Garcia na Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, ligada ao ministério. O então secretário

começou a viajar a diversas áreas do país a fim de mobilizar fazendeiros com embates fundiários contra grupos étnicos e movimentos sociais. Bolsonaro continuou a operar para aprofundar a adesão de sojicultores a seu projeto político, projetando sua influência na Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), que representa em nível nacional as associações estaduais. Esse foi um passo para trazer a MBVA ao seu completo controle. Como consequência, o movimento foi essencial para manifestações antidemocráticas a favor do político de ultradireita como o 07 de setembro de 2021, Dia da Independência (Pompeia, 2022).

Portanto, pode-se afirmar que a face negacionista contesta os principais compromissos climáticos do Brasil, dispositivos do Código Florestal e a existência do Ministério do Meio Ambiente (MMA), mantendo posicionamentos afins com o governo Bolsonaro, ou seja, trata-se então dos fazendeiros reacionários. Ou seja, essa face adquiriu ímpeto durante as eleições presidenciais de 2018, que a partir daí buscam um horizonte de alterações legais e administrativas a fim de conquistarem vantagens competitivas, buscando o lucro acima das questões ambientais, por isso as negam até o final. O próprio apoia o desmatamento da Amazônia e sua simples presença pode ser vista como uma ameaça aos conflitos no campo e forma de legitimar a violência existente na zona rural. Contudo, ele assumiu a Secretaria de Assuntos Fundiários do Governo Bolsonaro, que se declara um grande inimigo da Reforma Agrária e dos direitos indígenas.

Sendo assim, percebe-se que a crise ambiental brasileira se agravou em 2020 com o aumento das queimadas e desmatamento da Amazônia. Isso gera impactos como na saúde da população, aumento das emissões de gases estufa e, principalmente, agrava o aquecimento global. Entre 2004 e 2012, o Brasil promoveu a maior redução das emissões no século, e foi reconhecido como o país com a maior biodiversidade no mundo, o que garantiu negociações com outros países no enfrentamento às crises climáticas. Porém, com o afrouxamento das leis do Código Florestal, o desmatamento voltou a crescer.

A taxa anual apurada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) entre 2018 e 2019 saltou 30%, e os alertas da devastação mais 34%, em 2019-2020, promovendo números recordes de focos de fogo, uma vez que as queimadas são feitas majoritariamente para queimar os restos da floresta, limpando a terra para atividades agropecuárias. Não por acaso, o agravamento da crise ambiental acompanha a chegada de Bolsonaro à Presidência e o decorrente desmonte dos órgãos, políticas, leis e conselhos de meio ambiente. (SANTILLI, 2020).

O governo, ao ver o desmatamento como algo “natural” e positivo, se utiliza de uma lógica produtivista que almeja o aumento da produção agropecuária no país para se beneficiar

economicamente. Para isso, fala na legalização de atividades predatórias, como legalizar a grilagem de terras públicas e garimpo em terras indígenas. Com isso, observa-se que não há uma estratégia de combate ao desmatamento e, sim, legalizá-lo sem responsabilizar o governo por isso com o objetivo de lucrar em cima das terras desmatadas.

Bolsonaro se ressentia inclusive com entidades cuja política ambiental vai de encontro à sua, mas não vêm a público se solidarizar quando o governo é atacado em relação às suas políticas ambientais. Sendo assim, Bartolomeu Braz Pereira, então presidente da Aprosoja, renunciou uma das diretorias da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), alegando divergências de objetivos devido à participação desta na Coalizão Brasil Clima e Florestas e Agricultura, duas organizações que possuem proposições de combate ao desmatamento. Bartolomeu, no entanto, optou por se aliar ao governo, acusando a Abag de prejudicar a imagem do agro por mencionar a existência das queimadas e do desmatamento. Isso reforça o caráter negacionista da Aprosoja enquanto entidade por desconsiderar a devastação ambiental em nome da produção de soja e da monocultura como único fim o lucro.

Já no que se refere às frações denominadas “Conservadoras”, têm como liderança a CNA. Ela recebeu o reconhecimento do governo federal em 1964 como entidade sindical patronal, é, então, sucessora da Confederação Rural Brasileira, criada em 1951. No que se trata de temas ligados à agropecuária, os três Poderes do Estado reconhecem a CNA como ator fundamental a ser ouvido, e a posição se ampliou a partir de 2019, com maior articulação entre a confederação e o Instituto Pensar Agro (IPA). O IPA é um centro político estratégico em que atuam as principais associações do agronegócio, um corpo técnico e a direção da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e é então, responsável pelas ações da frente (POMPEIA, 2022).

No que diz respeito às relações com o presidente Bolsonaro, estas se mostraram complexas. Por um lado, a associação construiu relações com o governo a fim de exercer influências em temas ligados às *commodities* agropecuárias. Nesse sentido, legitimou as políticas antiambientais discutidas no Planalto. Por outro lado, a cúpula da CNA se recusava a transmitir apoio a manifestações de apoio a Jair Bolsonaro em seus ataques ao processo eleitoral. No final de 2021, com a popularidade de Bolsonaro diminuindo, João Martins, o presidente da confederação, argumentou que “a CNA, em minha gestão, nestes últimos anos foi apolítica e continuará a ser apolítica”. (SHALDERS, 2021) Após essa fala, a MBVA, com os representantes das entidades cujos posicionamentos são “negacionistas”, emitiu um posicionamento que dizia: “Presidente Bolsonaro: a CNA não nos representa” (MBVA, 2021). Após esse período, desestabilizou-se o comando de João Martins à entidade, e, com isso,

decidiu apoiar abertamente a campanha de Bolsonaro. Ademais, em um evento, a CNA com a presença de Jair Messias, em 2022, Martins fez críticas severas a Luiz Inácio Lula da Silva. (CNA, 2022).

Em relação às posições socioambientais, a CNA também demonstra posições ambíguas. Em alguns temas, a cúpula opera em conjunto a posições “negacionistas” quanto à agenda do clima. Em outros momentos, concatena-se com tais posicionamentos. As distinções se iniciam com o que se refere, por exemplo, com o Acordo de Paris, com o MMA e com o Código Florestal. Já no que se refere às negociações climáticas, a CNA temia dos desdobramentos negativos às exportações de *commodities* agropecuárias caso o Brasil denunciasse o Acordo de Paris, visto que eles iriam “perder mercado”, de acordo com uma entrevista com a associação em 2019. (POMPEIA, 2023)

Outro exemplo de embate diz respeito ao fato de que a CNA não endossou a extinção do MMA, requerida pelas posições “negacionistas”, que no caso da Aprosoja, representa uma entidade de um setor empresarial. A proposta chegou a gerar embates internos no setor sindical, em que certas bases apoiavam a medida, mas o que prevaleceu foi uma cautela no tratamento do tema. Portanto, em vez de extinguir o MMA, a CNA defendeu sua reorientação estratégica a fim de “retirar um viés ideológico da questão ambiental” (Associação 4, entrevista, 18 fev. 2019). Não à toa, o Ministério passou a ser comandado, então, por Ricardo Salles, ligado a uma representação de posições “conservadoras”, a Sociedade Rural Brasileira.

As frações “negacionista” e “conservadora” possuem diferentes modos de operar no que se refere ao mercado de *commodities* e seus posicionamentos políticos na direita brasileira. Sendo mais de grau do que substância, essas distinções auxiliam a convergência estratégica em determinados temas, como as políticas de âmbito indígena e fundiária do Governo Bolsonaro. No que se diz respeito à questão indígena, a CNA demonstra contrariedade à demarcação de terras (CNA, 2022; CNA e Conselho do Agro, 2018). Uma proposta em destaque é a defesa do Marco Temporal, que se constitui de uma “agroestratégia” para negar direitos territoriais consagrados na Constituição Federal que também é avançado por lideranças do MBVA (2021). Outro processo defendido em comum é a inserção de pessoas indígenas no processo produtivo e fazê-lo em cooperação com terceiros não indígenas (CNA, 2022) a fim de garantir com que as terras do país estejam usadas majoritariamente pelo agro e para o agro. Outra articulação entre essas correntes se dá na defesa da regulação fundiária que encoraja novas invasões e incentiva o desmatamento dessas áreas. Contudo, o modo institucional da atuação das entidades das duas frações é algo

relevante de se observar, pois como a CNA, representando as posições conservadoras, atuando na seção sindical, é diferente da Aprosoja, por exemplo que representa a fração negacionista, que, por atuar num âmbito empresarial, suas ações aparecem em âmbito privado.

Já no que se diz respeito às entidades nomeadas “Volúveis”, como o próprio nome diz, são aquelas em que apresentam mudanças frequentes, tendo como principal exemplo a Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), composta por *traders* que veem na oleaginosa uma de suas principais atividades. A entidade destaca a importância das empresas transnacionais, apesar de ela aparecer na esfera pública como uma representação nacional.

As *traders* se destacam em alguns aspectos ambientais envolvendo a sojicultura, em que elas se centralizam com a moratória da soja na Amazônia. E o que estudos indicam, inclusive, é que com a moratória, apresentou-se uma diminuição expressiva da expansão da soja sobre florestas no bioma (Gibbs *et al.* 2015; Heilmayr *et al.* 2020). Entretanto, é necessário dizer que a redução do desmatamento geral na Amazônia teve como principais fatores a legislação e atuação estatal sobre o local. Em 2013, após mudança do Código Florestal, a tendência de queda no desmatamento na Amazônia legal foi alterada. O desmatamento, portanto, adquiriu impulso nos anos de 2015-2016, período de instabilidade do governo Dilma Rousseff e se acentuou durante o governo Bolsonaro (INPE, 2023). A mudança aumentou as pressões sobre as corporações que operam na região.

Contudo, em importantes documentos da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) (2010), havia posicionamentos diretamente contrários aos direitos territoriais indígenas e quilombolas sob o argumento de que existe uma ameaça de expropriação de áreas consideráveis da produção agrícola devido à existência de remanescentes comunidades quilombolas e demarcação de terras indígenas.

Sobre parte da agenda de desregulação ambiental, a Abiove atua em conjunto com representações como a Aprosoja Brasil e a CNA, que também são defensoras dessas atuais tramitações para flexibilizar processos de licenciamento ambiental no Brasil (Aprosoja, 2021; CNA, 2018; 2022). Já nas situações que envolvem temas socioambientais que não sejam de seu direto interesse, a Abiove procura evitar conflitos que possam ameaçar consensos para conjuntos nas representações no IPA, como os que permitem manter impostos mais baixos no agronegócio.

Em 2019, diante do aumento de incêndios e do desmatamento na Amazônia, além dos ricos que eles poderiam trazer às corporações, organizações membras da Coalizão (Brasil

Clima, Florestas e Agricultura), organizaram uma relevante campanha “Seja Legal com a Amazônia” (Coalizão, 2019). A frente propunha a ação de uma força-tarefa da Polícia Federal a fim de combater a expropriação de terras públicas e denunciava as articulações periódicas do Legislativo que tinham como fim legalizar invasões dessas áreas. Apesar de a Abiove estar associada à Coalizão, preferiu não assinar a campanha.

Já falando-se sobre a frente descarbonizadora é composta por membros da Coalizão, que surgiu por volta dos anos de 2010 como um ator na agenda em prol do clima, a fim de colocar em diálogo determinados setores do agronegócio com organizações ambientalistas. Enquanto membros da confederação, como a CNA, criticavam unidades de conservação do meio ambiente e silenciavam acerca das ações de fiscalização ao combate do desmatamento ilegal, a Coalizão defendia as unidades e legitimava as ações. (CNA, 2014; Coalizão, 2015.) A partir de 2015 começou a se destacar na defesa das terras indígenas, apesar de manter silêncio acerca delas por três anos antes. Era uma defesa oposta à da CNA aos direitos territoriais indígenas. (CNA e Conselho do Agro, 2018). No seu documento de 2018, a Coalizão também defendeu o fim do desmatamento ilegal até 2030, mas, como não havia consenso no fórum acerca da eliminação do desmatamento como um todo, essa segunda meta foi apontada para 2030 (Coalizão, 2018).

A Coalizão incentivou a proteção e criação de unidades de conservação, o fortalecimento da fiscalização e do combate a ilícitos ambientais, compromissos mais substanciais do Brasil nas negociações sobre o clima e mecanismos voltados a fomentar transições para atividades com menor emissão de carbono. (CNA e Conselho do Agro, 2018; Coalizão, 2018).

Com isso, entre os anos de 2020 e 2021, diante da deterioração da situação socioambiental da Amazônia, a Coalizão continuou ativa em propostas centradas na agenda do clima. Por representarem posições distintas àquelas apresentadas anteriormente, a frente descarbonizadora teve certa baixa eficácia durante o governo Bolsonaro.

Por fim, as posições “europeias” se referem a atores vinculados a funções terciárias, ou seja, não são um grupo político em si, mas trazem pautas relevantes, e são representadas, por exemplo, por corporações financeiras e redes supermercadistas da Europa com vínculos econômicos direta ou indiretamente ligados às *commodities* agropecuárias produzidas no Brasil. Suas manifestações foram feitas através de cartas públicas feitas em conjunto, e os principais atores financeiros por trás de assinar essas cartas são o HSBC (maior banco da Europa em ativos, a Storebrand (principal gestora de fundos financeiros privados da Noruega) e a KLP (maior empresa norueguesa de fundos de pensão). Sobre os supermercados, houve a participação dos varejistas britânicos, como Tesco, Marks & Spencer

e Sainsbury's. Essas cartas começaram a adquirir um certo impacto relevante na esfera pública transnacional a partir da segunda metade do ano de 2019, no exato momento em que se começava a comunicar com maior impacto a deterioração do ecossistema da Amazônia após o início do governo de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, um elemento importante que uniu as diferentes manifestações “europeias” foi a defesa do desmatamento zero na Amazônia, enquanto as correntes “descarbonizadoras” pensavam apenas no fim da agenda do desmatamento ilegal.

Outra questão que se mostra pertinente e não possui certa atenção das outras posições do agro é a da biodiversidade. Ela é ignorada por “negacionistas”, negligenciada por “conservadores” e tratada como *commodity* pelos atores que se aproximam da face “descarbonizadora”. Já as posições “europeias” tratam o assunto a partir do tratamento que ele se dá em fóruns internacionais especializados, como a Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), e tenderam a apontá-la como um valor em si. Portanto as posições “europeias” remeteram à IPBES a fim de manifestar preocupações acerca do declínio da biodiversidade do Brasil e importância de deter essa perda.

Portanto, conclui-se que é necessário observar a multiplicidade de ações do agronegócio e suas diferentes posições políticas, que caracterizam divergências entre elas. Nesse sentido, a ação de diferentes atores empresariais permite avaliar as distintas correntes em seus posicionamentos e como se dá o dinamismo de suas práticas políticas, além disso a atribuição de equivalência etnográfica às escalas regional, nacional e transnacional contribuiu de modo decisivo para examinar o poder do campo no agronegócio em tempos de risco à vida na Terra.

Tabela 2 - Relação das faces do Agro segundo POMPEIA (2023)

A tabela abaixo demonstra a comparação entre as facetas do agro mencionadas de forma visual, entendendo exemplos de cada entidade, o que elas defendem/defendiam, seu posicionamento frente a questão ambiental e se elas apoiam/apoiaram o ex-presidente Jair Bolsonaro em seu mandato de acordo com o período estabelecido na pesquisa de Pompeia (2023). Alguns dados são mais complexos que uma resposta objetiva, o que reflete a heterogeneidade das entidades do agro que possuem posicionamentos distintos e que, por mais que tenham uma bancada ruralista que os represente enquanto classe, eles possuem suas características peculiares.

Face do agro	Negacionista	Conservadora	Volúvel	Descarbonizada	Europeia
Principal representante	Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA) -> Aprosoja Brasil + pequenos e médios sojicultores	CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária)	Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais)	Coalizão (Brasil Clima, Florestas e Agricultura)	Funções terciárias de redes de supermercado da Europa
Características	Não se viam representados por associações dominantes como a CNA; primeiros a se associarem com o presidente Bolsonaro; defendem a extinção do Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Sucessora da Confederação Rural Brasileira, criada em 1951; ator do agro relevante para os Três Poderes; responsável pelas ações da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA)	Entidade composta por traders, destacando a importância de empresas transnacionais, apesar de ser nacional; raramente relacionada no que diz respeito a relações agronegócio e governo	Surgiu como um ator na agenda em prol do clima; Organizaram campanhas como “Seja legal com a Amazônia” a fim de combater a expropriação de terras públicas e denunciava as articulações que queriam legalizar invasões nessas áreas; se destacou na defesa de terras indígenas	Defesa do “Desmatamento Zero” na Amazônia - crítica à Coalizão que defendia apenas o fim do Desmatamento Ilegal até 2030; defesa dos direitos indígenas, importante para os direitos humanos; dificuldade da tomada das ações econômicas que incentivem as configurações ambientais defendidas

Posicionamentos sobre política ambiental	Negacionismo climático. Questiona teorias e entidades que lutam contra o aquecimento global.	Apoiou políticas anti-ambientais, porém ambíguas. Ora se junta com organizações “negacionistas”, ora não atua em conjunto; defendeu retirar um “viés ideológico da questão ambiental”	Centralizam-se com a Moratória da Soja na Amazônia; assinaram o Marco Temporal; Atuou com a Aprosoja e CNA para flexibilizar processos de licenciamento ambiental no Brasil	Enquanto Coalizão é totalmente favorável aos às propostas ambientalistas dentro do Agro, tanto que defendeu o fim do Desmatamento Legal até 2030	Favorável a políticas ambientais no Brasil, principalmente devido a interesses econômicos no agronegócio do país e pela defesa dos povos indígenas devido à defesa dos direitos humanos.
Apoio a Bolsonaro	Sim	Complexo. Se aliou ao ex-presidente a fim de exercer influências relacionadas a commodities agropecuárias e legitimou políticas anti-ambientais no Planalto, mas não apoiou as manifestações de Bolsonaro contra o processo eleitoral	Ambíguo. Procura evitar conflitos.	Não	Não

Gráfico: Confeção própria

Fonte: POMPEIA, 2023.

A partir desse capítulo foi, então, demonstrada como a cultura da soja se deu no Brasil e segue perpetuando nos dias atuais, como foi criada uma entidade, a Aprosoja para defender os interesses dos sojicultores e como ela se diferencia das demais no quesito político-ambiental. Por isso, nos capítulos que se seguem, será analisada a posição da associação diante da conjuntura de crise política que o trabalho analisa (2015-2022) e como a Aprosoja saiu de uma entidade que esteve atuando em conjunto com a frente Neodesenvolvimentista dos governos petistas, mas, juntamente com a bancada ruralista,

apoiou o *Impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, e, posteriormente, radicalizou seu discurso num viés da extrema direita, juntamente com as políticas de Jair Bolsonaro, que a entidade apoiou à presidência em 2018.

3 - POSIÇÃO DA APROSOJA NA CONJUNTURA BRASILEIRA PRÉ-BOLSONARO

Com a conjuntura de crise política brasileira, um ciclo de manifestações que se inicia em 2013, que abrangem insatisfações de setores tanto da esquerda radical, como da direita se inicia, que começa a ganhar força com valores que começam a ganhar espaço na sociedade, baseados em ideias moralistas e “anticorrupção”, em que esses dois sentimentos se traduzem para um medo de um fantasma da “esquerda”, que se enfraquece. Isso se dá principalmente com revoltas que se iniciam no governo Dilma, que possuem pautas específicas, mas, com o tempo, cada setor político se divide.

De um lado, aqueles da esquerda se mobilizam por pautas sociais, como estarem contrários ao aumento das passagens de ônibus com o Movimento Passe Livre (MPL) e, assim, seguiram manifestando contra a violência policial que reprimiu esses grupos. Com a repressão aos movimentos que inicialmente estavam manifestando, a popularidade da ex-presidenta baixou significativamente e isso deu margem para o crescimento de grupos direitistas surgirem e tomarem as ruas das manifestações ao reclamarem dos supostos desvios de verba para a Copa do Mundo que estaria por vir e da “corrupção”, que foi um discurso muito alimentado desde então. (BRAUN, 2023)

Desta forma, será analisado como os setores de direita cresceram a partir de então, especialmente o do agronegócio, em que, por mais que ele não seja homogêneo entre as opiniões públicas de suas entidades, existe grande parte desse setor que caminha para uma *fascistização* da política e, com isso, em que antes, existia um número considerável de associações que se manifestaram a favor da ex-presidenta e, então, deixaram seu apoio de lado para apoiar o *impeachment*, com expectativas no governo antipopular de Michel Temer e, posteriormente, muitas entidades do agro declararam apoio a Bolsonaro em 2018 e o ajudaram a se eleger. Isso se deu porque ele deu voz aos interesses da bancada ruralista, e essa aliança é entendida na análise como “*Agrobolsonarismo*”.

Por isso, será analisada essa atividade da caminhada de parte das associações agrícolas, com especial à Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) para a extrema direita e as consequências disso para os dias atuais.

3.1 - GOLPE CONTRA DILMA E POSSE DE MICHEL TEMER

Muitos setores da pequena, média e grande burguesia brasileira contribuíram para a ascensão da extrema direita no poder, entre as quais estão as entidades agrícolas, que se colocaram a favor do *impeachment*. Alguns dos motivos são o desejo pela dificuldade de demarcar terras indígenas por parte dos sojicultores e o desejo pela redução dos direitos trabalhistas. Ou seja, a derrocada da ex-presidenta iria satisfazer o *lobby* dos ruralistas.

Muitas delas já estiveram favoráveis aos governos Lula-Dilma, pois sua política de conciliação de classes fez com que negociassem muitas demandas específicas do agro e ficassem satisfeitos em certa medida, mas com desconfiança, pois, eram governos que, ao mesmo tempo, adotavam medidas de caráter popular, que não eram interessantes para o setor do agronegócio, especialmente para as grandes entidades.

Era contraditória essa política de conciliação: os governos petistas, ao mesmo tempo que tinham políticas voltadas para os povos indígenas e o MST no campo (em seu segundo governo, Dilma bloqueou o acesso de indígenas a terras e desfavoreceu a reforma agrária, o que acentua a contradição), auxiliavam setores do agro. Quando ocorre a existência de uma base ampla e heterogênea que sustenta a política de crescimento econômico e transferência de renda, como entre os pequenos setores do campo e a concessão de capital para grandes setores, como o da agroindústria, é chamada de Neodesenvolvimentista (BOITO JR, 2020).

Tal política não era de agrado aos setores do agro, na medida em que exigia a concessão de acordos com a população indígena, sem-terra e de pequenos agricultores, o que não foi a todo momento, porém, para manter as relações com o governo, em primeira instância, aceitavam, pois seus acordos eram, de certa forma, vantajosos. Porém, o governo realizou medidas que não agradavam o setor, como a restrição da produção agrícola, o que gerou algo que para o agro é chamado “insegurança jurídica”, que ocorre quando há ameaça na propriedade privada da terra, o que afeta a renda.

Tal política não era de total agrado do agronegócio, na medida em que exigia concessões aos povos indígenas, ao movimento sem-terra, aos pequenos agricultores e outros movimentos sociais. Se em um primeiro momento foi importante para o setor tolerar estes acordos em nome de manter boas relações com os governos de esquerda, a cada medida governamental que contrariava os interesses do agronegócio, expresso quase sempre na ideia de “insegurança jurídica”, aumentava a insatisfação do setor com os governos petistas.

Então, conforme as jornadas de junho de 2013 foram se estendendo, o Governo Dilma não conseguiu atender todas as demandas tanto dos setores populares quanto dos setores da burguesia brasileira. Mesmo assim, a maioria dos setores do Agro apoiou Rousseff à presidência no ano de 2014, principalmente com a nomeação da senadora pecuarista Kátia Abreu como Ministra da Agricultura. Portanto, durante o período entre 2014 a 2016, apesar da instabilidade do Governo Dilma II, muitos setores econômicos tiveram suas demandas atendidas, mas, mesmo assim, isso não foi suficiente para grande parte do agronegócio deixar de apoiar o *impeachment*. Desta forma, analisa-se que o tratamento que a ex-presidenta tomou com relação a políticas sociais e quanto à questão fundiária foram decisivos para orientar a posição dessa fração da burguesia contra o governo que até então apoiava. Não obstante reconheça que nunca foi tão prestigiado como nos governos petistas, estes setores mantinham demandas específicas que buscavam sempre enfatizar, tais como a liberação de agrotóxicos, o posicionamento contra a demarcação de terras indígenas, entre outros.

Nesse último ano do Governo da ex-presidenta, os produtores da Aprosoja, sofreram com o endividamento dos produtores devido a um aumento da taxa de juros, pois o crédito para financiar a agricultura encareceu. O então presidente da Aprosoja, Almir Dalpasquale, afirma em entrevista que ninguém esperava passar por esses problemas de crédito no Governo Dilma, que gerou um descontrole na economia, e, então, falhas na concessão de segurança jurídica. Desta forma, o agro sai em desvantagem, pois o setor quer produzir e não há retorno do governo. (DALPASQUALE, 2015)

Com isso, as entidades agrícolas do Mato Grosso se reuniram para lançar um manifesto a favor do *impeachment* cujas pautas eram a condenação de esquemas de corrupção, falta de credibilidade dos políticos, e redução do investimento do setor produtivo, o que é um reflexo dos desdobramentos das jornadas de junho de 2013, em que se criou um sentimento coletivo de “antipetismo”, discursos fervorosos “anticorrupção” e um discurso extremamente moralista em que a política se reflete no campo pessoal.

Desta forma, segue-se a entrada de Temer após o *Impeachment*. A Aprosoja, conjuntamente com outros setores do agronegócio, deram apoio ao novo governo, que por sua vez fez promessas de favorecimento ao setor, com Blairo Maggi, então nomeado Ministro da Agricultura e Pecuária (Mapa), promoveu a desburocratização do Ministério, expansão no mercado de exportações e medidas de segurança jurídica. Nesse momento, a Aprosoja demanda certa autonomia do Mapa a fim de conquistar independência. Contudo, apesar das expectativas, os produtores de soja tiveram como entrave no Governo Temer a sua pior safra de soja dos últimos anos.

Eles enfrentam a “Crise do Silo Cheio”, em que a produção foi boa, mas não avançou por falta de rentabilidade. Sendo assim, o primeiro ano no Governo Temer contou com altos custos na produção, novos impostos, falta de seguro agrícola e falha nas modernizações das legislações ambiental, trabalhista e de agrotóxicos.

Na medida em que os anos se passaram no Governo Temer, a sojicultura obteve boas safras, apesar da rentabilidade da lavoura não ser a mesma. Esses fatos levaram a uma relação conflituosa com o até então presidente. Como queixas, haviam: os custos de produção mais altos da história, preços baixos, descapitalização dos produtos, valorização do real, o que, naquele momento, gerou prejuízo. Outro ponto de críticas foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de constitucionalizar o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), o que fortaleceu a demanda contra as tributações. Isso levou a uma situação de insegurança jurídica, em que os sojicultores demandaram por um programa de refinanciamento ou não cobrança retroativa do tributo.

Apesar de tudo isso, houve reivindicações pelas quais a Aprosoja esteve satisfeita, como a Portaria 1.129/17 do Ministério do Trabalho (MTB), que dispôs sobre conceitos como trabalho forçado, jornada exaustiva e trabalho de condições análogas à escravidão, flexibilizando-os. Com isso, para a entidade, esses termos superaram definições “genéricas” e, por isso, trouxe segurança jurídica, pois seu direito à propriedade privada esteve menos ameaçado. Além disso, houve o fim do auto de infração automático que ocorria em legislações trabalhistas.

Sobre a questão indígena, a Aprosoja apoiou a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em que citaram a “invasão de terras” por povos indígenas, o que indignou a entidade, e ainda alegaram violência contra produtores. Assim, o agro começou a defender que os originários utilizassem uma “ocupação tradicional” para fins comerciais e produtivos. Nesse ínterim, o Governo Temer nunca reconheceu nenhuma terra indígena sob seu mandato, além de vetar a revisão dos limites de terra que já haviam sido demarcados, o que foi conhecido como Marco Temporal, em que, em tese, os indígenas não poderiam reivindicar as terras que não estariam ocupando quando a Constituição Federal foi promulgada no ano de 1988.

Como os povos indígenas não eram reconhecidos pelo Governo Temer como as pessoas que preservavam o meio ambiente, o agro assumiu esse papel. Para esse setor, a sustentabilidade significa reduzir custos na produção agrícola, aumentar a rentabilidade e garantir a comercialização de produtos estrangeiros. Entretanto, a Aprosoja reivindicou o PL

3.729/04, que isentaria certas atividades, como a agricultura, da necessidade de obter licenciamento ambiental, o que não foi aprovado. Outras medidas foram concebidas como a “MP da Grilagem (MP 759/56)”, que prometia regularização fundiária de terras públicas ocupadas por particulares de até 2500 hectares, mesmo sem cumprimento das exigências ambientais.

Com essas medidas e os acontecimentos, faz-se a análise dos dois governos com sua relação com o agro: demandaram por investimentos em infraestrutura, financiamento estatal e questões tributárias. Durante os mandatos, também houve o aumento das tensões entre os grupos de indígenas e agricultores.

Então, chega-se ao ano de 2018, o último ano de governo Temer e como e quais medidas levaram a Aprosoja e outras entidades da agropecuária apoiarem e fazerem uma campanha tão intensa para Jair Messias Bolsonaro. Nesse ano, houve, então, discussões acerca do Código Florestal e restrições estrangeiras à exportação de soja brasileira por motivos de descuido ambiental. Com isso, o médio capital sojicultor demanda intervenção do Estado no mercado, pedindo crédito, seguro rural, políticas de comercialização, infraestrutura e isenção tributária. Contraditoriamente, em seus discursos, eles são a favor da livre concorrência, e essa é uma contradição comum dos médios capitais da burguesia interna que competem com o capital estrangeiro.

Ao retomar a análise dos governos petistas, a Aprosoja realizou manifestações favoráveis ao Governo Dilma, apesar de críticas, pois havia as contradições da frente neodesenvolvimentista. Porém, essas contradições se alastraram, desde junho de 2013, em que a direita foi adquirindo seu caráter cada vez mais moralista e “anticorrupção”, o que atribuiu isso à imagem da ex-presidenta, o que construiu uma imagem negativa dela durante esse período. Além disso, houve a crise econômica, em que os agricultores se viram em desvantagem, por isso as associações agrícolas apoiaram o *Impeachment* em peso. Um fator que unificou a frente neoliberal para apoiar o golpe foi o programa de reformas contra a classe trabalhadora, como as Reformas Trabalhista e Tributária, que foram propostas por Michel Temer e, posteriormente, aprovadas. Contudo, apesar das expectativas, o Governo Temer não conseguiu cumprir as demandas desse médio capital sojicultor. O ex-presidente não conseguiu oficializar todos os seus interesses apesar de muitos serem atendidos.

Portanto, vemos que, desde a conjuntura incerta de 2013, as manifestações contrárias ao Governo Dilma e a incerteza do amanhã abriram espaço para surgir uma nova direita. Uma direita ultra patriota, protetora dos valores morais e, nesse sentimento de crise, os setores da média burguesia nacional que não tinham todas as suas demandas atendidas nesse governo se

decepcionaram e montaram comissões para ajudar a findá-lo através de um *Impeachment* no Congresso. As consequências de tal ato ninguém imaginava quais seriam, pois, após o vice de Dilma assumir o poder e colocar reformas contra a classe trabalhadora, esses setores da média burguesia se viram satisfeitos e queriam uma continuidade desse tipo de política. Daí surge a figura emblemática de Jair Messias Bolsonaro.

Bolsonaro foi um candidato presidencial que esteve a favor do agro. Sempre prometeu as melhores condições para as associações agrícolas. A Aprosoja foi uma entidade que o apoiou do início ao fim em sua campanha em 2018, com isso, vemos o salto do movimento de "*fascistização*" desse setor, que caminha mais e mais para a extrema direita.

4 - O “AGROBOLSONARISMO”, APROSOJA E A QUESTÃO AMBIENTAL

Bolsonaro, em sua campanha para a presidência em 2018, diz para os setores do agronegócio: “esse governo é de vocês” (RODRIGUES, 2019) e, com isso, ele, em sua campanha, defendeu as demandas dessa classe como na defesa das privatizações e no enfraquecimento das leis ambientais, na luta contra o desmatamento da Amazônia, os direitos indígenas e os pequenos produtores, a supressão de dívidas do Funrural, além da redução de impostos para a agropecuária. Essas posições extremistas ganharam força, também, com a desconfiança com partidos dominantes, reação ao reconhecimento de direitos territoriais tradicionais, contrariedade às leis ambientais e trabalhistas e perplexidade com o aumento de roubos no campo. (POMPEIA, 2022) Com isso, o então candidato à presidência utilizou-se de estratégias de campanha para esse setor, como intensificação em visita de feiras agropecuárias e uso ardiloso das mídias sociais.

Apesar disso, o extremismo de Bolsonaro não foi bem recebido por todas as entidades do agro ligadas ao IPA, pois as grandes organizações empresariais do agronegócio calculavam que as ideias do então presidencial poderiam ter risco às corporações. Apesar disso, não foi esse o posicionamento da Aprosoja Brasil e Aprosoja-MT, pois se diferenciavam a partir de suas posições mais radicais. O presidencial da entidade, Antônio Galvan, em 2017, começou a liderar um movimento de agropecuaristas e a cativar pequenos e médios sojicultores que tinham dificuldade de se identificar com o Estado, pois sentiam diretamente as perdas em disputas com entidades. Com isso, Galvan esteve no controle devido à sua maior posse de capitais financeiros e, os agropecuaristas, que identificaram nele uma figura emblemática, organizaram uma manifestação em 4 de abril de 2018 em um

movimento que, posteriormente, ficou conhecido como Brasil Verde e Amarelo. A participação das Aprosojas estaduais foi ampla: cerca de dois terços, além de aproximadamente 170 sindicatos rurais. O então representante da União Democrática Rural e, posteriormente, representante da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, apoiado pela Aprosoja e influente no meio da política *agrobolsonarista*, ou seja, no meio da frente “negacionista” do agro, mobilizou embates entre produtores e grupos étnicos e movimentos sociais, além de defender a extinção do Ministério do Meio Ambiente quando criticou a Convenção-Quadro da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre mudanças do clima e para diminuição de gases de efeito estufa. Por isso, percebe-se o posicionamento negacionista desta fração do agro ao se tratar dos assuntos ao se tratar da questão ambiental em que, para eles, o lucro está numa posição maior que a preservação da biodiversidade.

4.1 - CONTRADIÇÕES IDEOLÓGICAS

A partir da postura negacionista da Aprosoja e todo o Movimento Verde e Amarelo na questão ambiental do agronegócio, observa-se uma adaptação do discurso para que pareça com que esse setor estivesse moralmente correto no que diz respeito aos seus posicionamentos. Além disso, com a ascensão de Bolsonaro à presidência, esses discursos extremistas e contraditórios foram legitimados e validados e a própria Aprosoja publicou alguns artigos em seu site oficial que, são um instrumento de construção argumentativa da entidade, e neles, muitas vezes são expostos dados e análises que comprovam o caráter “negacionista” da entidade, que levará à análise de como os posicionamentos da Aprosoja e Bolsonaro estão ligados, demonstrando como foi o processo do que se chamou de “*Agrobolsonarismo*”. Por isso, nesta sessão serão avaliados esses artigos e suas contradições em defesa ideológica e política da entidade.

Ao considerar o estudo da Análise do Discurso (AD), que é “uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (GILL R., 2002, p. 244), podemos verificar que a Aprosoja, em seus artigos sobre o meio ambiente, utilizou-se de discursos que contestavam, sem maiores embasamentos, dados comprovados pela ciência. E, com o apoio de Bolsonaro, houve a legitimidade desses discursos, portanto, através do método da AD, analisaremos como que a entidade utilizou do discurso ideológico para manter o poder que tinha como fração da burguesia nacional e defender posicionamentos como o registro de cada vez mais agrotóxicos, o Marco Temporal,

além de se colocarem como grandes defensores ambientais enquanto, ao mesmo tempo, estavam defendendo o afrouxamento de leis de preservação, fora que sempre deslegitimavam as lutas originárias e sem-terra, que, por verem-nas como um obstáculo, queriam acabar com as terras para essas populações.

Nesse sentido, a AD funciona como um mecanismo que opera de forma a identificar o posicionamento através da fórmula ideologia + história + linguagem. Ou seja, por meio dos artigos cujos temas estão citados nos parágrafos acima, a Aprosoja se utilizou de elementos ideológicos para construir o posicionamento negacionista ambiental através de um imaginário de ideias que constituem a representação do campo que a entidade quis transmitir; histórico pois representa o contexto sócio histórico em que Bolsonaro validou esses discursos e linguagem que representa a materialidade do texto que geral o sentido que a Aprosoja quis passar.

O primeiro artigo que iremos analisar é o “Opinião: Marco Temporal é fundamental para o crescimento do país”, publicado no próprio portal de notícias da Aprosoja por Glauber Silveira, ex-presidente da associação. Nesse sentido, ele diz sobre a Constituição Brasileira, que visa proteger os indígenas, garantindo-lhes as terras de origem e reconhece o direito às terras tradicionalmente ocupadas por eles, mas os setores do agronegócio, mas ele afirma que o governo extrapola esse direito sem limites, pois eles “reivindicam” 28% do Brasil, enquanto possuem um território equivalente a 14% das terras brasileiras.

Naquele momento histórico (2021), o STF estava julgando sobre a possibilidade da instituição do Marco Temporal na questão da demarcação de terras indígenas. De acordo com o então presidente da Aprosoja, Glauber Silveira e autor do artigo, a entidade defendeu contrariamente à adoção Marco Temporal, argumentando que o país sofreria um impacto econômico da ordem de R\$ 500 bilhões, uma perda de 2,3 milhões de empregos e uma "quebra de contrato global" com o setor

A Constituição de 1988 quis preservar o direito à autonomia dos povos indígenas, o espaço que ocupavam e suas terras a fim de preservar sua cultura e sobrevivência, porém Silveira continua ressaltando que a vida dos “índios” foi prejudicada, empurrando-os para a miséria e, com isso, terem que procurar por moradias em favelas e que o Brasil e a FUNAI tratam os indígenas como sub-humanos por não apresentarem formas de “desenvolvimentismo” e “produtividade” no seus modos de vida.

O fato de os povos indígenas estarem reivindicando mais terras não está correlacionado com o fato de que esses povos estarem ou não” na miséria”.. De acordo com a cartilha da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2023), existem mais de 1300

terras indígenas no Brasil, e, a partir do momento em que os presidentes Michel Temer e Bolsonaro começam a tramitar no Congresso uma lei visando limitar o acesso dos povos originários às terras que não estavam ocupando em 1988, todas as terras indígenas passam a estar em risco, pois, dessas 1300, apenas 428 estavam registradas no período da cartilha, enquanto 588 se encontravam sem providência. O restante se encontra em classificações como homologadas, declaradas, identificadas, a identificar, reservadas, com portaria de restrição e domínios. É sabido que a cartilha foi lançada após o artigo de Silveira, porém, observa-se do mesmo jeito que a possível “miséria” do povo indígena está relacionada com a restrição constitucional às suas terras de direito, não o contrário.

Além disso, existem muitos povos isolados que tiveram pouco ou nenhum contato com a civilização. Eles estariam diretamente ameaçados, pois seria impossível comprovar seus registros de presença na época em que a Constituição de 1988 foi outorgada, visto que o Estado brasileiro desconhecia essas comunidades, ou seja, verifica-se uma clara omissão do governo em protegê-los. Desta forma, ao posicionar-se favorável ao Marco Temporal, a ideologia de progresso do agronegócio fica explícita, em que grande parte do setor tem a intenção de transformar o meio ambiente em mercadoria, e para isso, precisa assumir um papel anti direitos no Congresso Nacional.

Percebe-se que o agro, para manter seu discurso dominante, precisa acabar por permanecer no controle ao *establishment*. Os próprios cientistas em todo mundo ressaltam o quanto as terras ocupadas pelos indígenas são aquelas com maior biodiversidade. Ou seja, manter a demarcação delas e mantê-las protegidas de invasores ilegais de quaisquer tipos, principalmente do agronegócio, é garantir o direito dos povos indígenas e o estoque de carbono.

Ao defender indiscriminadamente a aprovação de novos agrotóxicos (produtos de natureza tóxica utilizados para combater plantas e animais considerados invasores e patógenos, como fungos, bactérias e vírus - O Joio e o Trigo, 2023), a Aprosoja publica um artigo chamado “O que mata é a ignorância e o que envenena é a mentira”. Nele é dito que ONGs, a esquerda e funcionários de órgãos federais não atuam com conhecimento de causa e dados científicos com relação aos agrotóxicos, ignorando a realidade brasileira. Eles os chamam de “defensivos agrícolas” e dizem que são remédios para as plantas. Afirmam sobre quem defende acerca do perigo dessas substâncias é o Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária), que garante a segurança dos alimentos e a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que registra os limites do risco à saúde dos pesticidas. Contudo, afirma-se no

artigo que eles não fazem mal ao meio ambiente segundo o Ibama e, por isso, levou anos para flexibilizar seu registro.

Nesse sentido, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), publicou em 21 de fevereiro de 2020 a Portaria 43, que estabelece prazos para aprovação nos serviços prestados pelo Mapa de registros de produtos animais e vegetais, registro e credenciamento de laboratório de bebidas, sementes, fertilizantes etc. A análise de “defensivos”, contudo, continua a ser feita de forma criteriosa. A Aprosoja entende que, quando há a oportunidade de se registrar um novo agrotóxico no Brasil, deve-se acelerar o processo de decreto oficial em relação aos registros. Nessa etapa, a segurança já é feita pela Anvisa, Ibama e Mapa. De acordo com os posicionamentos da Aprosoja, a restrição e acréscimo do prazo de análise dos “defensivos agrícolas” não resultaria em segurança para a população, mas apenas prejuízo à agricultura nacional. Esses produtos, segundo eles, ajudam a manter o mercado saudável e competitivo, garantindo insumos a preços acessíveis ao produtor.

Desta forma, percebe-se o apoio irrestrito da Aprosoja e outras vertentes do agro à liberação de todo tipo de substâncias consideradas tóxicas. Além disso, percebe-se que foi no período do Governo Bolsonaro que mais houve liberação dessas substâncias. O então presidente liberou 2182 agrotóxicos em quatro anos, algo inédito para o registro dos últimos governos. Em 2021, o mundo usou 3,5 milhões de toneladas de agrotóxicos. O Brasil foi o maior consumidor, usando 720 mil toneladas, o que representa 20% do total. (SALATI, 2023) E de acordo com os dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) expostos na cartilha do blog jornalístico O Joio e o Trigo, 1990 foi o ano em que se apresentou o *boom* do consumo brasileiro de agrotóxicos devido ao fato do aumento da produção da soja transgênica no Brasil. Essas sementes transgênicas foram criadas justamente para resistir a agrotóxicos. Além disso, a Organização Mundial do Comércio (OMC) ajudou a impulsionar a agenda neoliberal que vinha ganhando força desde a década de 1980 (O JOIO E O TRIGO, 2023). E o discurso que foi usado para embasar a ideologia na relação da produção de alimentos era a de que “alimento bom era alimento eficiente”, então o Brasil utilizou-se disso para reforçar seu papel como exportador de *commodities*. Isso significa que as entidades produtoras de soja, como a própria Aprosoja, se beneficiam do uso dos agrotóxicos para expandir sua área de produção e poder econômico, sem se preocupar com a saúde humana e áreas afetadas. A soja, inclusive, é a principal *commodity* em que se utiliza esse tipo de substância, representando 54% das plantações com esse tipo de veneno.

Gráfico 5 - Liberação de agrotóxicos por ano

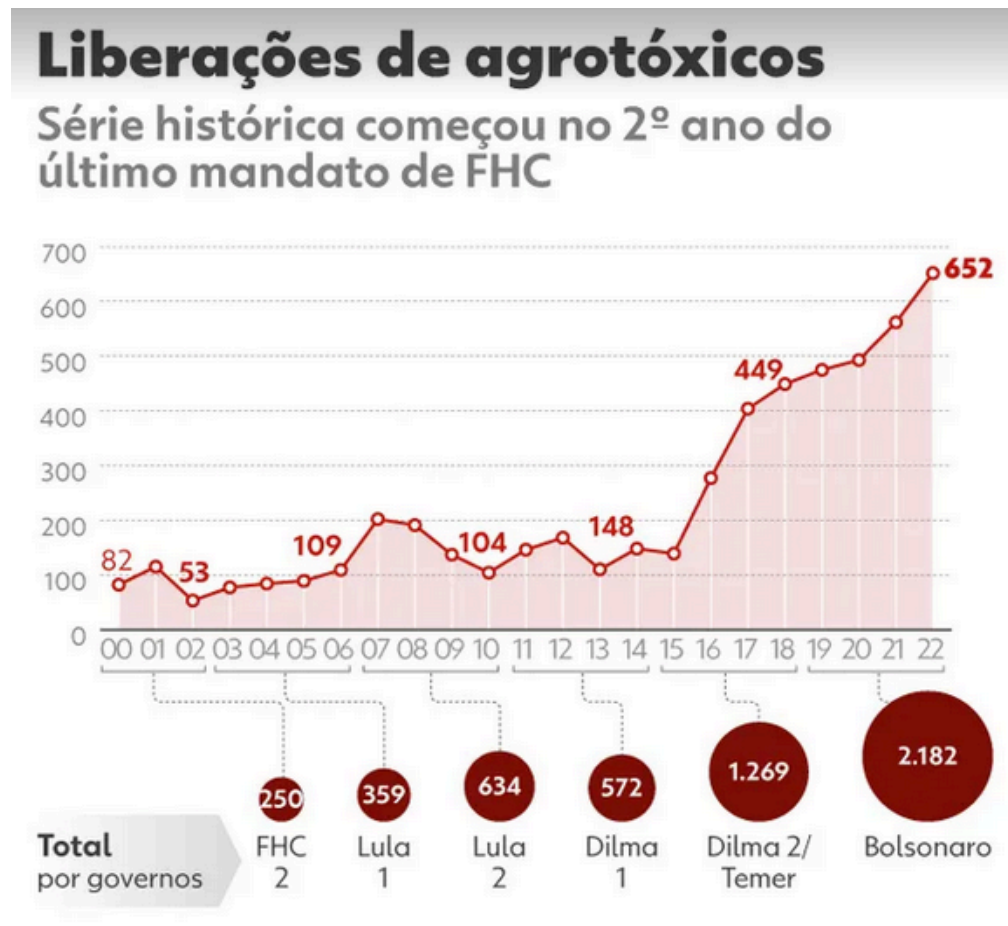


Gráfico: G1

Fonte: Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA) do Ministério da Agricultura

Gráfico 6 - Relação mundial do uso de Agrotóxicos

	Uso total	% do total
Mundo	3.531.086	100
Brasil	719.507	20,3
Estados Unidos	457.385	12,9
Indonésia	283.297	8
China	244.820	6,9
Argentina	241.519	6,8
Rússia	97.018	2,7
Canadá	92.960	2,6
Espanha	76.173	2,1
França	69.602	1,9
Austrália	63.416	1,8

Gráfico: O Joio e o Trigo

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)

Gráfico 7 - Relação dos grãos em que mais se usam agrotóxicos

Se não fossem a soja e o milho, nós não seríamos campeões mundiais de veneno

Em 2022, 72% dos agrotóxicos comercializados no Brasil foram parar em plantações de soja e milho. De toda a área que recebe agrotóxicos no Brasil, mais da metade é de plantações de soja.

54% soja	3% trigo
18% milho	2% feijão
7% algodão	1% arroz
6% pastagem	1% café
4% cana-de-açúcar	1% batata, cebola e frutas

Fonte: Sindiveg, 2022

Gráfico: O Joio e o Trigo

Fonte: Sindiveg, 2022

Dos 15 agrotóxicos mais comercializados no Brasil, nove estão banidos na União Europeia. Isso revela limites em que lá, esses são considerados como de alta periculosidade e,

no Brasil, são tido como seguros. Alguns exemplos são mancozebe, clorotalonil e carbendazim (fungicidas); imidacloprido, clorpirifós, acefato, metomil (inseticida); dibrometo de diquate e atrazina (herbicida). Essa assimetria entre a aprovação dos agrotóxicos e o local em que são permitidos e proibidos tem um conceito que a estuda chamado Colonialismo Químico (O Joio e o Trigo, 2023). Um exemplo de como ela ocorre é quando, no Brasil, a água potável pode ter 5 mil mais resíduos de glifosato que na União Europeia. (BOMBARDI, 2023)

E, para pensar sobre como um agrotóxico é banido no Brasil, utiliza-se de estudos científicos, inclusive aqueles financiados pela indústria química que, muitas vezes, chegam a conclusões favoráveis aos interesses das empresas que bancaram a pesquisa. As regras de registro no Brasil consistem em uma avaliação prévia do Mapa, Ibama e Anvisa. O maior problema é que esses processos demoram. A rota do banimento dessas substâncias sendo lenta, a da aprovação, outrora, é bem mais rápida e fácil. Os mesmos três órgãos que também fazem o banimento, fazem a aprovação. E com o fato dela ter sido desburocratizada no governo Bolsonaro, essa aprovação passou a ser cada vez mais fácil e, mesmo assim, a Aprosoja, demonstrando o interesse do agro, não se satisfaz.

Contudo, as ciências biológicas já estudam o que há por trás dos agrotóxicos e seus riscos, pois, tanto os trabalhadores do campo estão vulneráveis a intoxicações por estarem diretamente expostos às plantações. Comunidades originárias também possuem o risco de se intoxicar, pois os resíduos das substâncias se impregnam no solo e água dessas comunidades. Mas, além de tudo, pessoas na cidade estão, também, vulneráveis aos agrotóxicos, muitos deles devido à jardinagem, pois, segundo a Anvisa, os herbicidas utilizados são “saneantes domissanitários”, sem o devido controle sanitário. Por isso, percebe-se que existe um risco para os consumidores de alimentos no Brasil, já que em

4.616 amostras de 14 diferentes alimentos, 23% foram consideradas insatisfatórias por apresentarem pelo menos um desses três problemas: tinham resíduos de agrotóxico acima do limite permitido; tinham agrotóxico não permitido para o cultivo daquele alimento; tinham resíduo de agrotóxico proibido no Brasil. (O joio e o trigo, 2023).

Então percebe-se que esse discurso de que os agrotóxicos não são maléficos são proferidos para agradar uma certa camada da população, a elite agrária, que se beneficia economicamente da produção alimentar do que se pode chamar de venenos agrícolas. Já se sabe que essas substâncias não são seguras para a população e que, para uma alimentação popular e segura, o agronegócio não tem interesse, pois não lhe é rentável.

Por fim, ao analisar a questão das promessas de sustentabilidade, percebe-se que os representantes da Aprosoja sustentam um discurso de que o restante dos países do mundo, sobretudo os europeus, culpam o Brasil pelos problemas ambientais da humanidade. No artigo “Opinião do produtor: A sustentabilidade agroambiental brasileira e o comunismo ambiental mundial” eles citam a Eco 92, convenção ambiental que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1992. No evento, os países participantes colocaram como prioridades a preservação do clima e da biodiversidade, sem colocar uma prioridade com o solo, que, segundo a entidade, seria importante. Além disso, na COP (Conferência das Partes) de 2015, em que os países se reúnem para discutir sobre as mudanças climáticas, foi determinado o Acordo de Paris, em que cada país deveria realizar os cuidados para que a temperatura global não subisse 1,5°C. Então, a sustentabilidade era convencionada a partir dos pilares econômico, ambiental e social.

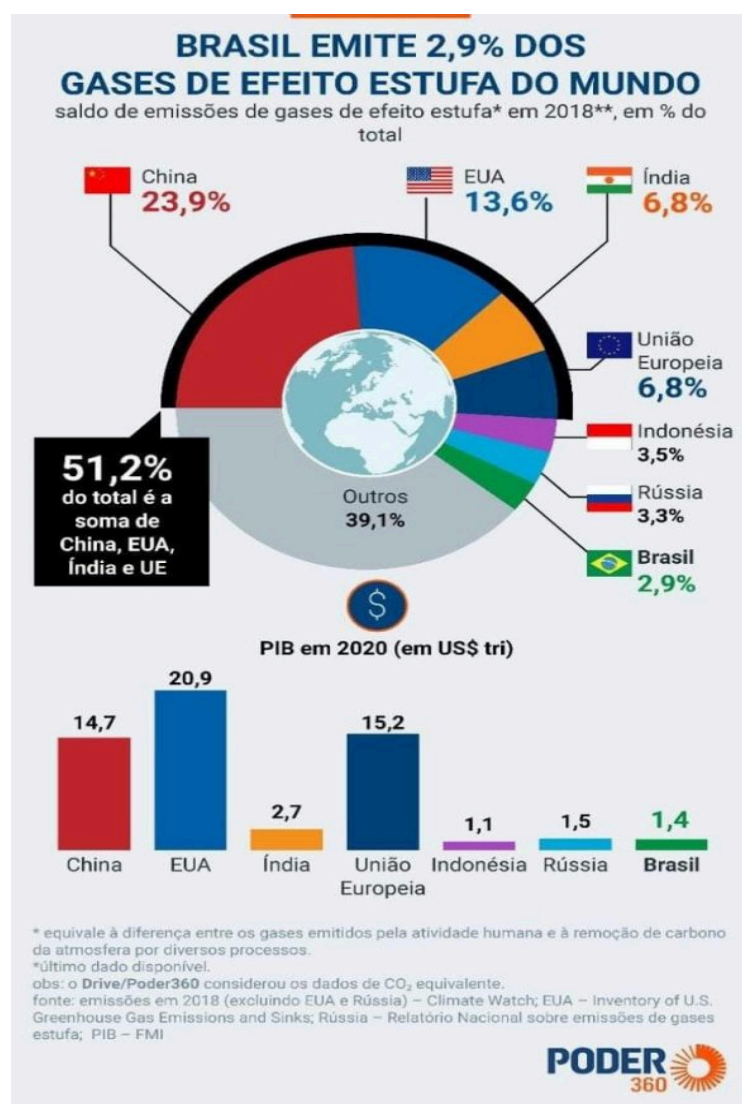
Durante as conferências ambientais em que se criticou o agronegócio brasileiro, os temas foram focados na sustentabilidade. Porém, de acordo com os representantes da Aprosoja, o produtor rural é o “protagonista” da relação com o meio ambiente na produção de alimentos de forma sustentável. “Começamos com o maior legado deixado pelo nosso imortal Dirceu Gassen com o conceito de produtividade: “é o conhecimento acumulado por hectare”! Conhecíamos a premissa de que para produzir 1 caloria de alimentos por hectare eram gastas 2 calorias de energia fóssil. E essa é considerada a causa do aquecimento global.” E como justificativa para dizer que o agronegócio não é o grande vilão da sustentabilidade, a entidade apresenta gráficos de dados que não contemplam a realidade na sua totalidade, considerando a destruição da biodiversidade que algumas vertentes do agro realizam. Por exemplo, foi colocado um gráfico que apresenta a emissão dos gases estufa e o Brasil não os produz tanto quanto a China e os Estados Unidos por exemplo, mas isso não significa que o Brasil seja grande exemplo mundial no que se diz respeito à biodiversidade.

Já no artigo “O campeão da proteção florestal”, os representantes da Aprosoja ressaltam que

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988 existiam 248 unidades de conservação, ocupando área total de 198.599 quilômetros quadrados, ou 2,3% do Brasil. Em 30 anos, elas foram multiplicadas por oito. Hoje são 1.871 unidades de conservação federais, estaduais e municipais, incluindo APAs. Elas ocupam 1.544.333 quilômetros quadrados, ou 18% do país. No Brasil, porém, a maioria das áreas protegidas reúne terras com potencial madeireiro, agropecuário e mineral. A dificuldade em manter sua integridade é grande em face das demandas sociais e das pressões econômicas, sobretudo na Amazônia. Cuidar dessa extensão territorial é um enorme desafio de gestão. (APROSOJA, 2021).

Contudo, se a extração nas áreas com o potencial madeireiro, agropecuário e mineral for regulamentada apenas pela régua dos grandes empresários dessas companhias, é evidente que ela será com base nos interesses financeiros, sem se preocupar com a questão ambiental. Por isso, emprega-se a importância de leis como a do licenciamento ambiental e afins geridas por profissionais da área, pois, desta forma, será fácil os principais investidores nas terras para realizarem empreendimentos, afirmarem que estão realizando sua preservação enquanto podem estar desmatando.

Gráfico 8 - Locais do mundo onde mais se emite gases de efeito estufa



Fonte: Aprosoja Brasil

Gráfico: Poder 360

É sabido que a crise ambiental brasileira se agravou a partir do ano de 2020, principalmente pelo aumento das queimadas, sobretudo na Amazônia, que, em conjunto com as emissões de gases de efeito estufa, agravam o aquecimento global. Entre os anos de 2004 e 2012, o Brasil promoveu a maior redução de emissões desses gases de efeito estufa no século, o que pode ter contribuído para os dados do gráfico mostrado acima, e contribuiu com sua posição de país com a maior biodiversidade do mundo, o que contribuiu para o grande protagonismo nas negociações internacionais sobre meio ambiente. Porém, com a reforma do Código Florestal, em 2012, e, com a diminuição do combate aos delitos ambientais, o desmatamento voltou a aumentar.

Por isso, a divulgação dos dados do Inpe, que demonstraram ter havido um aumento da devastação ambiental, entre os anos de 2018-2019, de 30% e de 34% entre 2019-2020, o que aponta para um agravamento da crise ambiental a partir da chegada de Bolsonaro à presidência, bem como permitem considerar que essas áreas devastadas se referem às queimadas que os setores do agro realizaram com vistas a desmatar novas áreas de florestas. Podemos concluir que o objetivo não é combater o desmatamento e, sim, legalizá-lo.

Nessa lógica, a responsabilidade pela imagem negativa do Brasil no que se diz respeito à biodiversidade é daqueles que denunciam as ações de desmatamento, invasões e queimadas. Portanto, nem o então presidente, nem este grupo do agro reconhecem a legitimidade daqueles que lutam pelo meio ambiente a favor da biodiversidade, dos direitos dos povos indígenas e do povo da floresta.

Quando o governo é atacado em público em relação à postura da política ambiental, muitas entidades do agro não vêm a público apoiá-lo. Não é o caso da Aprosoja, pois, diante de toda essa crise, Bartolomeu Braz Pereira, presidente da entidade no momento, anunciou renúncia a uma das diretorias da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), dizendo que não havia consonâncias em seus objetivos, devido a participação dela na Coalizão Brasil Clima e Florestas e Cultura, que incluía propostas para melhorar a atuação do governo no combate ao desmatamento. Contudo, a ação de Bartolomeu, de continuar em apoio a Jair Bolsonaro só demonstra a face “negacionista” da Aprosoja e sua caminhada ao que chamamos de *Fascistização*. Com isso, demonstra uma união perigosa em suas políticas anti-ambientais. A única divergência significativa entre a entidade e o então governante seria a questão da política externa, em que a Aprosoja comercializa, sobretudo com a China, e Bolsonaro prioriza a comercialização com os Estados Unidos, potências rivais entre si. Mas

isso não foi o suficiente para que a associação deixasse de apoiar a campanha do então presidenciável em 2022.

4.2 - CONSEQUÊNCIAS

Desta forma, a atuação da entidade continuou: a Aprosoja Brasil, juntamente com mais de 240 mil agricultores e suas 16 associações estaduais (Aprosojas Amapá, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins), foram a público lançar um documento de um Manifesto demonstrando o apoio à reeleição de Jair Messias Bolsonaro. A entidade afirmou que o apoio vem antes das eleições presidenciais, pois o candidato demonstrou importância com o setor da agropecuária com seu papel de valorizá-lo a fim de transformar o Brasil em um dos maiores países exportadores de alimentos do mundo. Ou seja, para eles, é o momento do país “se modernizar”, o que podemos avaliar como a oportunidade de a entidade emplacar, ainda que em partes, suas bandeiras radicais antiambientais.

Naquele momento, a entidade conclama o fato de que, em primeiro momento, Bolsonaro foi eleito democraticamente pela maioria dos brasileiros e, a partir desse voto, devem sair mais discussões a serem decididas por meio do voto e, por fim, propõe deixar de lado as divergências políticas para atenuar os efeitos da crise e recuperar a economia. Segundo esse Manifesto, o agro seguirá atuando através da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), com organização e ordem para o progresso do país.

Contudo, apesar de Galvan ter ressaltado o fato da importância da união entre os setores do agro e a importância da democracia para o poder coletivo, ele foi apontado como uma das pessoas que financiou e protagonizou os ataques golpistas de 8 de janeiro e pediu por intervenção militar, por não aceitar a derrota de Bolsonaro. Além de presidente da Aprosoja, até então era coordenador do Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA), cujas ações eram umas das principais protagonistas pelo ato de terrorismo. Em um vídeo gravado com o cantor Sérgio Reis, ambos pediam a participação dos caminhoneiros nos atos golpistas e o bloqueio de rodovias para impedir a eleição de Lula. Além disso, o empresário foi acionado na justiça por plantações de soja em áreas ilegais em que o próprio desmatou.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos ao longo do trabalho, podemos agora concluir que o objetivo da Aprosoja, com posicionamentos que, em um primeiro momento poderiam parecer ambíguos, nunca foi, de fato, se comprometer com a preservação ambiental. No começo, apesar de conseguir negociar políticas do campo com a frente Neodesenvolvimentista nos Governos Lula-Dilma, a entidade sempre almejava por mais terras e tudo que pudesse favorecer o seu ramo do empresariado. Desde a flexibilização de leis ambientais, a expulsão de indígenas e pessoas sem-terra de seus espaços e o aumento do número de agrotóxicos legalizados.

Desta forma, percebe-se que a existência da associação é uma consequência da modernização chamada de conservadora da agricultura, em que a soja, que tem seu cultivo iniciado na Ásia, chega no Brasil a partir de 1940 para se expandir em, aproximadamente, 1970. É nesse momento que ocorre a Revolução Verde, o surgimento das máquinas agrícolas e o surgimento de sementes transgênicas e, com a soja se tornando uma *commodity* a nível mundial, na década de 1990 surge a Aprosoja enquanto entidade dos produtores de soja com o objetivo de defender seus interesses.

Esse tipo de modernização, que prevê a manutenção das estruturas de poder existentes, que entende que é necessária a concentração fundiária das elites e deixa de fora a possibilidade da tomada de poder da classe trabalhadora, sempre existiu no campo e a Aprosoja, enquanto uma entidade patronal reforça esse padrão.

Sendo assim, a associação, juntamente com outros setores do agronegócio e a bancada ruralista no Congresso, defendem seus interesses e, mesmo tendo a Dilma como aliada até meados de 2013-2015, com a crise do *impeachment*, a Aprosoja e outras entidades viram uma oportunidade de se aproximarem da direita e, antes dessa crise, era difícil prever o que viria depois que a ex-presidenta foi deposta, que foi o surgimento da figura emblemática de Jair Messias Bolsonaro.

A conjuntura que permitiu sua ascensão ao poder foi construída pelos setores da base militar e grupos conservadores, como a parte mais conservadora do agronegócio, em que a Aprosoja se mostra como uma parte desse grupo e, durante o governo Bolsonaro, quando havia um conflito entre o ex-presidente e as diferentes entidades do agro, a Aprosoja tendia a apoiar o Jair, principalmente quando o assunto tinha a ver com a questão ambiental.

Por isso, percebe-se que, assim como Pompeia (2023), descreve a entidade a partir do perfil “negacionista”, devido ao fato de que negava a importância da preservação da biodiversidade, ameaçava aqueles que vinham com propostas a favor da preservação

ambiental devido aos interesses produtivistas que o setor primário possui sobre o sistema, ou seja, não lhes é importante a vida de pessoas indígenas que possuem tradições muito mais antigas que o homem branco, não é importante o risco de intoxicação produzido pelos agrotóxicos e, muito menos é importante a proteção das florestas.

E, como o Governo Bolsonaro facilitou essa destruição em massa, ele favoreceu, ou ao menos pavimentou, o processo de *Fascistização* da entidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. 2010. “Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios”. In: ALMEIDA, Alfred Wagner B.; et al. (Org.). Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Lamparina: pp. 101-143.

APIB. Associação dos Povos Indígenas do Brasil. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/files/2023/09/marcotemporal_cartilha_v10_tela.pdf>, acesso em 20 ago. 2025

APROSOJA. Disponível em: <<https://aprosoja.com.br/comunicacao/release/entidades-de-mt-entregam-manifesto-a-favor-do-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff?pesquisa=&page=32>>, acesso em 30 abr. 2025.

APROSOJA. 2021 Artigo: O campeão da proteção florestal. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2021/05/31/artigo-o-campeao-da-protecao-florestal/>>, acesso em 25 ago. 2025.

APROSOJA. Manifesto de apoio da Aprosoja ao presidente Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/conteudo-imprensa/2020/04/23/manifesto-a-poio-da-aprosoja-ao-presidente-jair-bolsonaro/>>, acesso em 27, ago. 2025.

APROSOJA. “O que mata é a ignorância e o que envenena é uma mentira”. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2020/08/17/opinioao-o-que-mata-e-a-ignorancia-e-o-que-envenena-e-a-mentira/>>, acesso em: 15 ago. 2025.

APROSOJA. Opinião do produtor: A sustentabilidade agroambiental brasileira e o comunoambientalismo mundial. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2021/05/24/opinioao-do-produtor-sustentabilidade-agroambiental-brasileira-e-o-comunoambientalismo-mundial/>>, acesso em 25 ago. 2025.

APROSOJA. “Registro de defensivos ágil e seguro é o que queremos”. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2020/04/03/artigo-registro-de-defensivos-agit-e-seguro-e-o-que-queremos/>>. Acesso 18 ago. 2025.

APROSOJA BRASIL – Associação Brasileira dos Produtores de Soja. 2021. Aprosoja Brasil defende PL da Regularização Fundiária e critica oposição da Coalizão à aprovação do projeto. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2021/05/12/apro-soja-brasil-defende-pl-da-regularizacao--fundiaria-e-critica-oposicao-da-coalizao-a--aprovacao-do-projeto/>>. Acesso em: 13 set. 2024.

APROSOJA BRASIL - História- Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/sobre-nos/historia/>>, acesso em 10 ago. 2024

APROSOJA PA - História - 2023 - Disponível em: <<https://aprosojapa.com.br/sobre-nos/historia/>> , acesso em 07 nov 2024.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização na agricultura brasileira. Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BARCELOS, Gabriel Pagnussatt; BONETTI, , Luiz Pedro. OS PIONEIROS NO CULTIVO DA SOJA NO RIO GRANDE DO SUL. XXIV Seminário Interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão da Unicruz, [s. l.], p. 1-10, 11 2019.

BARROZO, João Carlos; DA ROSA, Juliana Cristina. Pampa, A expansão do cultivo da soja no Brasil através dos dados oficiais, Santa Fe , n. 18, p. 79-98, dic.2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-02082018000200005&lng=es&nrm=iso>. acesso em 27 jun. 2024.

BOMBARDI, Larissa. 2023. Agrotóxicos e Colonialismo Químico. Editora Elefante.

BRAUN, Julia 13 de junho de 2013: a noite que durou 10 anos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0j5125089do>>, acesso em 05 set. 2025.

BRONZ, Deborah; ZHOURI, Andrea; CASTRO, Edna. 2020. Apresentação: Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, vol. 49: 8-41. DOI 10.22409/antropolitica2020.i49.a44533

BRUM, Argemiro; J. Modernização da agricultura no Planalto Gaúcho. Ijuí: FIDENE, 1983.

CALEIRO, João Pedro. Quem é Nabhan Garcia, o todo-poderoso secretário fundiário de Bolsonaro. *Exame*, [s. l.], 10 nov. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/quem-e-nabhan-garcia-o-todo-poderoso-secretario-fundiario-de-bolsonaro/>. Acesso em: 5 nov. 2024.

CAMPELO, Lilian. O que é a UDR e quem é Nabhan Garcia, cotado para ser ministro de Bolsonaro?: Presidente da entidade com passado ligado a conflitos no campo, ele assumiria a pasta da Agricultura. *Brasil de Fato*, [S. l.], p. 1-4, 26 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/26/o-que-e-a-udr-e-quem-e-nabhan-garcia-cotado-para-ser-ministro-de-bolsonaro/>. Acesso em: 5 nov. 2024.

CAPIBERIBE, Artionka; BONILLA, Oiara. 2015. A ocupação do Congresso: contra o quê lutam os índios? *Estudos Avançados*, vol. 29, n. 83: 293-313. DOI 10.1590/S0103-40142015000100014

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2021. “Paz entre agronegócio e direitos indígenas? Acabar com as ilegalidades é necessário, mas não suficiente.” *Revista Piauí*, n. 172, Jan.

CAREGNATO, Rita Catarina Aquino; MUTTI, Regina. PESQUISA QUALITATIVA: ANÁLISE DE DISCURSO VERSUS ANÁLISE DE CONTEÚDO. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2005. P.679-684.

CENCI, Ana Paula; LACERDA, Luciana. “A importância da bancada ruralista”. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2019/06/28/a-importancia-da-bancada-ruralista/>> , acesso em 15 ago. 2025.

CNA; CONSELHO DO AGRO. Confederação da agricultura e pecuária do Brasil; Conselho das entidades do setor agropecuário. 2018. O Futuro é Agro: 2018-2030. Brasília: CNA.

DANTAS, Thiago. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/agricultura/projeto-soja-brasil/conquistas-e-desafios-aprosoja-brasil-completa-35-anos-de-muito-trabalho/>>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DALPASQUALE, Almir. Entrevista. Dinheiro Rural, n. 130, ed. 02 out. 2015.

DE PAULA, Sérgio Roberto. FAVERET F, Paulo. Panorama do complexo soja, 1998.

EMBRAPA (MATOPIBA (estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia). João Alfredo de Carvalho Mangabeira, Lucíola Alves Magalhães, Jaudete Daltio. Nota técnica 8; agosto de 2015. MATOPIBA: Quadro Socioeconômico, [S. l.], 2015.

FDV. 2019. Uso em excesso de agrotóxicos esconde riscos para a sociedade. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/especial-publicitario/fdv-direito-e-atualidades/noticia/2019/05/09/uso-em-excesso-de-agrotoxicos-esconde-riscos-para-a-sociedade.ghtml>>, acesso em 25 ago. 2025.

FERNÁNDEZ, A.J. C. (2006). *Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*. Tese (Doutorado em desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FORLINI, Luana. O posicionamento dos produtores de soja no contexto de crise política no Brasil (2014-2019). Unicamp. 2020.

GIBBS, Holly K. et al. 2015. “Brazil’s Soy Moratorium”. Science. Vol 347, n. 6220:.. 377-378. DOI 10.1126/science.aaa01.

Gill R. Análise de Discurso. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 3a ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002. p.244-70.

GRAZIANO da SILVA, José. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUIMARÃES, Alberto Passos. A crise agrária. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Agropecuário. Disponível em <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/>>, acesso em 09 nov. 2024.

IMEA (Instituto Mato-grossense de Economia Agrícola) (março 2018). *Boletim eletrônico*.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. 2022. Prodes – Desmatamento. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/as-suntos/programas/amazonia/prodes> Acesso em: 11 abr. 2023.

IPA; FPA – Instituto Pensar Agropecuária; Frente Parlamentar Mista da Agropecuária. 2016. Pauta Positiva - Biênio 2016/2017. Brasília.

JACCOUND, A. et al. (2003). *Avaliação de sustentabilidade: do crescimento do cultivo da soja para exportação no Brasil*. WWF.

KRABBE, Graziella. Modernização, agroindustrialização e agricultura familiar: o complexo soja na dinâmica econômica brasileira anos 1970-2000. 2010. Tese (Mestrado em história) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

LEITE LOPES, José Sergio; ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SOLVA, Gláucia . 2004. A ambientalização dos conflitos sociais: Participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

MBVA – Movimento Brasil Verde e Amarelo. 2021. Manifesto pelo fim do terror no campo e na cidade. Brasília: MBVA.

MBVA – Movimento Brasil Verde e Amarelo. 2021. Marco temporal e a questão indígena. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CUIImBOJrOaF/>>. Acesso em: 13 set. 2022.

MBVA; ANDATERRA – Movimento Brasil Verde e Amarelo; Associação Nacional de Defesa dos Agricultores, Pecuaristas e Produtores da Terra. 2021. “Nota de repúdio. Campos Novos, Santa Catarina”. Disponível em: <https://www.instagram.com/movimentobrasilverdeeamarelofc/>. Acesso em: 10 set. 2022.

MÍDIA NINJA. Quem é Antonio Galvan? Milionário, amigo de Bolsonaro e apontado como financiador do 8 de janeiro. 21 jul. 2023. Disponível em: <https://midianinja.org/quem-e-antonio-galvan-milionario-amigo-de-bolsonaro-apontado-como-financiador-do-8-de-janeiro/>, acesso em 27 ago. 2025.

MIGUEL, Pedro. O POSICIONAMENTO DO MÉDIO CAPITAL SOJICULTOR NA CRISE DO IMPEACHMENT (2013-2018). Unicamp. 2023

MUNDSTOCK, Cláudio. A Cultura da soja como fator de transformação e viabilização das propriedades agrícolas produtoras de grãos no RS: Uso de tecnologias e os efeitos na inclusão social e conservação ambiental. In: III Encontro CEPAN: Vantagens competitivas dos Agronegócios do Mercosul, 2005.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. ComCiência, Campinas, n. 120, 2010. Disponível em: https://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt. Acesso em: 7 nov. 2024.

ORTOLANNI, Giovanni. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2019/03/a-fome-do-brasil-por-carne-de-engorda-baseada-em-soja-esta-causando-o-desmatamento-do-cerrado-relatorio/>, acesso em 26 mar. 2025.

POMPEIA, Caio. 2021. A reascensão da extrema direita entre representações políticas dos sistemas alimentares. Antropolítica: revista contemporânea de antropologia, n. 53: 115-139. DOI 10.22409/antropolitica2021.i53.a49653.

POMPEIA, Caio. 2022. Uma etnografia do Instituto Pensar Agropecuária. Mana – Estudos de Antropologia Social, vol. 28, n. 2: 1-33. DOI10.1590/1678-49442022v28n2a206

POMPEIA, Caio. 2022. “O agrobolsonarismo”. Revista Piauí, n. 184. São Paulo. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agro-bolsonarismo/> Acesso em 12 jun. 2024.

POMPEIA, Caio. 2023. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. Rev. antropol. (São Paulo, Online) , [s. l.], v. 66, p. 1-27, 2023. DOI <http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.202839>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/jn6fL3MqkGTGTscwJLSv5sj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2024.

RETAIL SOY GROUP. 2021. Achieving deforestation- and conversion-free soy value chains. London, Oct. 2021.

POMPEIA, Caio. 2022 O Agrobolsonarismo. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agrobolsonarismo/>, acesso em: 18 ago. 2025.

REBUÁ, Eduardo. Fascistização no Brasil do tempo-de-agora. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/fascistizacao-no-brasil-do-tempo-de-agora/>, acesso em: 02 set. 2025

Redação. Joio lança cartilha sobre tudo que você precisa saber sobre agrotóxicos, O Joio e O Trigo, São Paulo, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2023/11/joio-lanca-cartilha-sobre-tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-agrotoxicos/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

Redação. Especial: O agro é lobby, O Joio e O Trigo, São Paulo, 13 set. 2021. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/09/especial-o-agro-e-lobby/>. Acesso em: 5 set. 2025.

RODRIGUES, Sabrina. 2019. “Esse governo é de vocês”, diz Bolsonaro a Ruralistas. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/esse-governo-e-de-voces-diz-bolsonaro-a-ruralistas/>, acesso em 24 ago. 2025.

RUCKERT, Aldomar. Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense: 1930-1990. Porto Alegre: Ed: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SALATI, Paula. 2023. Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos em 4 anos, recorde para um governo desde 2003. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/04/bolsonaro-liberou-2182-agrotoxicos-em-4-anos-recorde-para-um-governo-desde-2003.ghtml>>, acesso em 26 ago. 2025.

SANTILLI, Márcio. Ogronegócio: Aprosoja atende a Bolsonaro e rejeita de vez sustentabilidade. Instituto Humanitas Unisinos, [s. l.], 20 out. 2020. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/603396-ogronegocio-aprosoja-atende-a-bolsonaro-e-rejeita-de-vez-sustentabilidade-artigo-de-marcio-santilli>. Acesso em: 5 nov. 2024.

SHALDERS, André. “Apoio do agronegócio a Bolsonaro em 2018 foi ‘questão de momento’, diz presidente da CNA”. 2021. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 8 dez. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apoio-do-agronegocio-a-bol-sonaro-em-2018-foi-questao-de-momento-diz-presidente-da-cna,70003920760>>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SILVEIRA, Glauber. “Opinião: Marco Temporal é fundamental para o crescimento do país”. 31 ago. 2021. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2021/08/31/opinioao-marco-temporal-e-fundamental-para-o-crescimento-do-pais/>>, acesso em 16 ago. 2025.